

Atualização do Diagnóstico participativo



Atualização do Diagnóstico participativo outubro de 2022 a setembro de 2023

Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21

Contrato Petrobras nº5900.0116052.20.2

Revisão 00

6 de novembro/2023

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE REGIONAL E MUNICIPAL.....	7
2.1 O MACROTERRITÓRIO	7
2.2 O MESOTERRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO (MESO RJ): MANGARATIBA E ANGRA DOS REIS	11
2.2.1 MANGARATIBA	11
2.2.3 ANGRA DOS REIS	13
2.3 O MESOTERRITÓRIO INTERESTADUAL (MESO INTER): PARATY E UBATUBA	16
2.3.1 PARATY	16
2.3.2 UBATUBA	17
2.4 O MESOTERRITÓRIO DE SÃO PAULO (MESO SP): CARAGUATATUBA, SÃO SEBASTIÃO E ILHABELA	19
2.4.1 CARAGUATATUBA	19
2.4.2 SÃO SEBASTIÃO	20
2.4.3 ILHABELA	22
3. LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS SECUNDÁRIOS	23
3.1 BASE DE DADOS	24
3.2 TEMAS DO QUESTIONÁRIO	27
IDENTIFICAÇÃO DE CONTROLE	28
ACESSO	28
POPULAÇÃO	28
ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	29
TURISMO	30
AGROECOLOGIA E ROÇA	30
PESCA	31
CULTURA.....	32
RISCOS E DESASTRES	32
IMPACTOS DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS	33
SANEAMENTO	33
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	34
CONFLITOS.....	34
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	34
EDUCAÇÃO	35
4. CONFLITOS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS: ESTUDOS DE CASO A PARTIR DAS FICHAS DE CONFLITO	36
4.1 O TEMA DOS CONFLITOS NA BASE DE DADOS	37
4.2 IDENTIFICANDO CONFLITOS A PARTIR DO TRABALHO DE BASE.....	41

FICHA DE CONFLITO 1: O CASO DO SANEAMENTO BÁSICO EM ANGRA DOS REIS.....	43
FICHA DE CONFLITO 2 - O CASO DA VILA DE DOIS RIOS E A GESTÃO DA COMUNIDADE PELA UERJ	45
FICHA DE CONFLITO 3: O CASO DO QUILOMBO DA MARAMBAIA E A MARINHA DO BRASIL	47
FICHA DE CONFLITO 4: O CASO DO PARQUE DA CIDADE EM ANGRA DOS REIS	48
FICHA DE CONFLITO 5 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PESCADORES ARTESANAIS: O CASO DA ESEC TAMOIOS.....	49
FICHA DE CONFLITO 6: OS IMPACTOS DO PETRÓLEO E GÁS NA COMUNIDADE DO BANANAL, ILHA GRANDE	50
<u>5. DESASTRES AMBIENTAIS, TRAGÉDIAS-CRIME E GESTÃO DE RISCOS NO LITORAL SUL DO RIO DE JANEIRO E NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO ..</u>	<u>51</u>
5.1 OS CASOS DE ANGRA DOS REIS-RJ E SÃO SEBASTIÃO-SP	54
5.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES	57
5.3 PROJETO REDES E AÇÕES TERRITORIALIZADAS	59
5.4 LEVANTAMENTO PARA BASE DE DADOS.....	63
<u>6. ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES: AS COMISSÕES DE BASE</u>	<u>65</u>

1. Introdução

O produto **Atualização do Diagnóstico Participativo** está previsto explicitamente no Plano de Trabalho do Projeto Redes (Resultado 15. Ações de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento, pg. 43 e VI. Atividade prevista para a Atualização do Diagnóstico Participativo, pg. 46). Considerando a diretriz sobre o papel da pesquisa no projeto, podemos recuperar a seguinte formulação:

Fundamentado nos escopos teóricos já apresentados, todo o percurso será constituído em intenso diálogo com as atividades formativas, com os blocos temáticos e com a coordenação político pedagógica da Rede de Formação Socioambiental a fim de que o ato de pesquisar, avaliar e monitorar possa contribuir para potencializar reflexões e práxis em campo, além de subsidiar qualitativamente os processos organizativos e atuações coletivas dos pescadores e pescadoras artesanais nos espaços público, sobretudo aqueles relacionados ao licenciamento ambiental do pré-sal (REDES, 2021, p. 43).

O Anexo X do Plano de Trabalho deixou algumas poucas indicações sobre a atualização do diagnóstico participativo quando diz que

o processo de pesquisa é desenvolvido conjuntamente entre os sujeitos comunitários e os sujeitos acadêmicos, de forma transparente sobre o processo de problematização, do processamento de problemas e da tomada de decisões sobre o uso do conhecimento produzido (REDES, 2021, p. 6)

O mesmo documento orientava para o diálogo entre o diagnóstico participativo e a organização dos blocos temáticos (Economia Solidária, Educação Diferenciada e Popular e Justiça Socioambiental, Governança e Gestão Territorial).

A atualização do diagnóstico participativo foi retomada no início de 2022, com a leitura e a análise crítica dos diagnósticos participativos das fases anteriores. Elaboramos projetos de pesquisa relacionados a cada um dos temas do diagnóstico participativo, seguindo a estrutura proposta pelos blocos

temáticos do Projeto Redes. Os resultados de pesquisa a serem apresentados na atualização do diagnóstico participativo se articulam com a sistematização da base de dados e o levantamento bibliográfico, que correm paralelamente.

No 2º Relatório Anual (2022), apresentamos a análise das organizações comunitárias como um produto à parte – que será refeito em 2024. Para os demais temas (gestão ambiental do território, impactos do petróleo e gás, conflitos ambientais e territoriais e educação diferenciada e popular) foi apresentada uma síntese dos diagnósticos anteriores com as definições conceituais adotadas, a proposta metodológica de abordagem dos temas e alguns estudos de caso. As análises municipais e regionais e o bloco temático da Economia Solidária ficaram para serem abordados nos anos seguintes.

A proposta de índice para a atualização do diagnóstico participativo apresentada no 2º Relatório Anual foi a seguinte:

- 1. Análises municipais e regionais – sínteses**
- 2. Justiça socioambiental, governança e gestão do território**
 - 2.1. Organizações comunitárias – projeto 1
 - 2.2. Gestão ambiental do território – projeto 2
 - 2.3. Impactos do petróleo e gás – projeto 3
 - 2.4. Conflitos ambientais e territoriais – projeto 4
- 3. Economia solidária**
 - 3.1. Caracterização da pesca – projeto 5
 - 3.2. Agroecologia, roças e quintais – projeto 6
 - 3.3. Turismo – projeto 7
- 4. Educação diferenciada e popular – projeto 8**

A partir dos questionários aplicados, buscamos agregar outros temas, como a questão dos desastres ambientais, o saneamento e as práticas culturais (artesanato, festas, mutirões). A análise da rede temática das atividades da Rede de Formação Socioambiental ao longo do último ano também contribuiu para redefinir a escolha de alguns temas a serem adicionados.

Com o parecer do IBAMA sobre o 2º Relatório Anual, optamos por redefinir a abordagem sobre o tema de “impactos do petróleo e gás”, para buscar uma metodologia que permita demonstrar em que medida “as diferentes ações do projeto” podem “melhorar a compreensão dos sujeitos da ação educativa acerca (...) dos mecanismos institucionais e órgãos competentes que podem ser acessados através da participação qualificada desses grupos” (Ibama, 2023) e “considerar uma adequada compreensão dos impactos provocados pela exploração do pré-sal e os limites de competência do licenciamento ambiental” (Ibama, 2023).

Para o 3º Relatório Anual, apresentaremos o capítulo inicial sobre Análise Municipal e Regional, seguindo a estrutura dos Diagnósticos Participativos anteriores, aqui escrito como uma análise do macroterritório, dos mesoterritórios e dos municípios, elaborada inicialmente como subsídio para o Estudo de Realidade do Projeto Político Pedagógico da Rede de Formação Socioambiental. O detalhamento por comunidade deve ser entregue após a finalização da pesquisa que vai originar a base de dados.

Acrescentamos ainda três capítulos temáticos: 1) desastres ambientais, tema incluído no bloco temático de Justiça Socioambiental, Governança e Gestão Territorial, por conta das situações de riscos e desastres climáticos ocorridas em Angra dos Reis, Paraty e São Sebastião; 2) conflitos ambientais e territoriais, em que se utilizou a ficha de conflito e a base de dados como recurso metodológico para sistematizar os conflitos, em especial no Mesoterritório RJ e 3) a análise das comissões de base, como parte preliminar da análise da organização das comunidades a ser entregue em 2024.

2. Análise regional e municipal

2.1 O Macroterritório

O macroterritório do Projeto Redes corresponde às 111 comunidades situadas nos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, no estado do Rio de Janeiro, e Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, no estado de São Paulo. Esse recorte foi definido a partir dos resultados

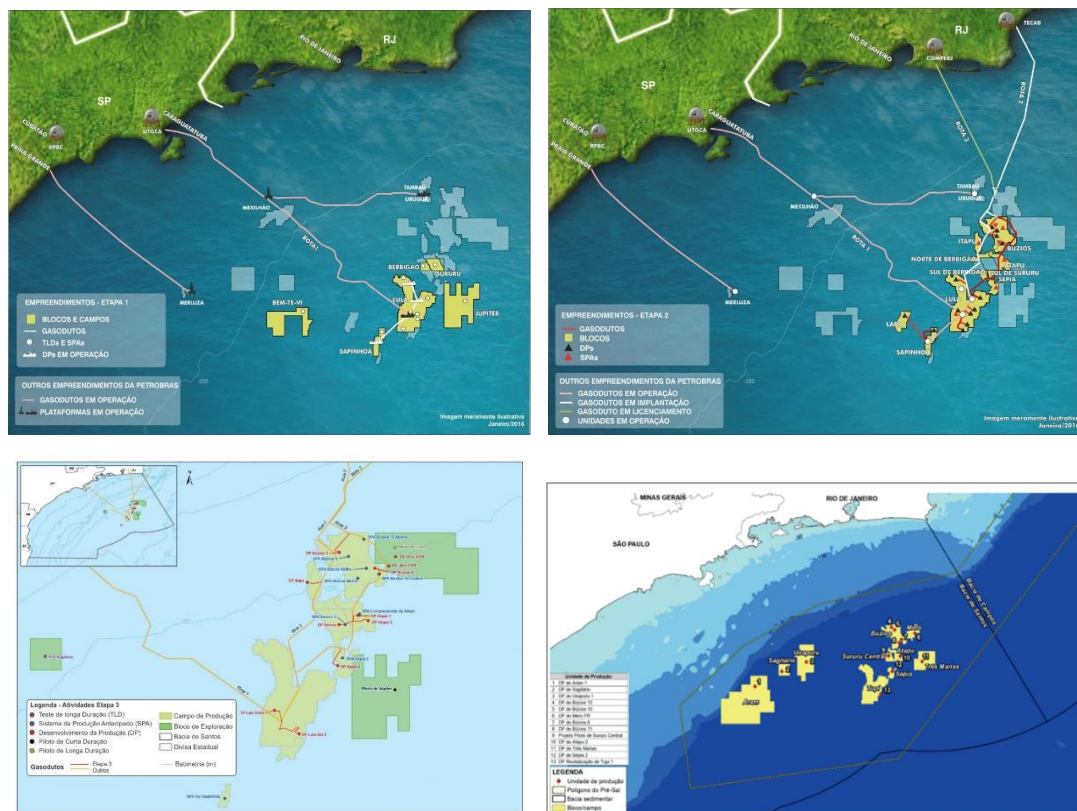
apontados pelo PEA-SP e PEA-RJ, finalizados em 2012 e 2014, respectivamente. Em 2017, é iniciado o PEA Costa Verde Fase I, já com esse recorte territorial, com os sete municípios, mas com somente 69 comunidades. A Fase II do PEA Costa Verde passou a ser denominada Projeto Redes e incluiu mais 42 comunidades.

Este macroterritório está contido na faixa litorânea que confronta a Bacia de Santos, que, segundo a Petrobras, é a maior bacia sedimentar offshore do país, com uma área total de mais de 350 mil K², que se estende de Cabo Frio-RJ a Florianópolis-SP. A exploração de petróleo e gás na Bacia de Santos após a descoberta do pré-sal marcou uma nova fase de apropriação do território no litoral fluminense e paulista. Observando os mapas dos empreendimentos (Etapas 1 a 4), nota-se a proximidade relativa da posição do macroterritório do Projeto Redes em relação aos campos de extração e aos gasodutos instalados. Além da atividade de produção offshore, os municípios e as comunidades são afetados pela circulação de navios, pela atividade nos terminais e pelas instalações de apoio terrestres e marítimas. Os municípios são receptores de royalties de petróleo, alguns até com receitas altamente dependentes dos royalties, como é o caso de Paraty-RJ e Ilhabela-SP.

Os municípios e as comunidades pesqueiras e tradicionais situadas nesse macroterritório compartilham algumas características geográficas e históricas comuns, relacionadas à preservação ambiental, à presença de comunidades pesqueiras e tradicionais, à recente conexão através da implantação da Rio-Santos (BR-101) e aos empreendimentos turísticos, imobiliários, portuários e industriais que vêm se instalando desde meados dos anos 1950.

A estreita faixa litorânea está situada entre o mar e a Serra do Mar, que conta ainda com fragmentos de Mata Atlântica bastante preservados. O mar, a serra e a floresta marcam uma paisagem que acompanha todos os municípios deste macroterritório.

Mapas 1 a 4: Campos de petróleo do Pré-sal na Bacia de Santos, da Etapa 1 à Etapa 4.
Fonte: Petrobras, ver <https://comunicaciadesantos.petrobras.com.br/empreendimentos>



É uma região situada muito próxima aos grandes centros econômicos nacionais, entre a região metropolitana do Rio de Janeiro, ao norte, a Baixada Santista, ao sul, acessíveis pela BR-101 (Rio-Santos), e a região metropolitana de São Paulo, que se conecta ao litoral pela Rodovia dos Tamoios (até Caraguatatuba), Rodovia Oswaldo Cruz (até Ubatuba) e Estrada-Parque Paraty-Cunha (até Paraty).

Uma maneira de contar a história dessa região é através dos sucessivos ciclos de conexão e expropriação desde a invasão colonial (séc. XVI), entremeados por um período de relativo isolamento, entre meados do século XIX e meados do século XX.

Mapa 5: Localização dos mesoterritórios e comunidades do Projeto Redes



Um primeiro ciclo é originado com a colonização portuguesa, em especial no século XVIII, e se estende até a primeira metade do século XIX. Nesse longo período, a região é caracterizada como área de escoamento do ouro, tráfico de africanos escravizados e fazendas de cana-de-açúcar e café.

O segundo ciclo se inaugura com a abertura da estrada Rio-Santos nos anos 1970, que intensifica a pressão imobiliária e o turismo predatório, além de abrir caminho para a instalação das únicas usinas nucleares do Brasil, em Angra dos Reis.

O terceiro ciclo tem como vetor a intensificação da exploração de petróleo e gás a partir da descoberta do pré-sal na Bacia de Santos em 2007. Esse processo de soma à contínua pressão imobiliária, ao turismo predatório e outros empreendimentos, intensificados com a abertura da estrada Rio-Santos, no ciclo anterior.

Outras histórias, no entanto, podem ser contadas, para além dos processos econômicos dominantes, geralmente marcados pela visão externa de exploradores, negociantes e tecnocratas.

A história dos povos originários que habitavam a terra antes da chegada dos colonizadores e dos que vieram ao litoral em busca da terra sem males.

A história dos negros libertos, que constituíram territórios alternativos, como os quilombos, com suas roças, agroflorestas, artesanatos, sabores e conhecimentos, em luta permanente.

A história das populações caiçaras, que, num contexto de relativo isolamento da região, criaram um modo de vida baseado na roça e na pesca para a subsistência e o mercado local e hoje também buscam desenvolver outras atividades e defender seus territórios frente às pressões capitalistas.

A história ambiental das matas primárias e secundárias, que se recuperaram das monoculturas abandonadas através dos usos sustentáveis praticados pelo manejo caiçara, e que hoje são protegidas por unidades de conservação de diferentes categorias, que ora resguardam, ora restringem as práticas e usos tradicionais no território.

A história da formação de novos espaços periféricos, com populações expulsas de seus territórios e imigrantes atraídos pela oferta de empregos nas cidades. Os processos de segregação socioespacial empurraram grande parte da população mais pobre para áreas de risco, onde são recorrentemente afetadas por desastres climáticos.

Atualmente é possível verificar a superposição dos diferentes tempos neste macroterritório, marcados na paisagem por variados processos de territorialização, por parte dos grupos sociais, do Estado e dos interesses privados. Esses processos se afetam mutuamente e geram conflitos ambientais e territoriais. As comunidades de pescadores e pescadoras se constituem e se fortalecem frente aos inúmeros desafios e pressões existentes em seus territórios.

2.2 O Mesoterritório do Rio de Janeiro (Meso RJ): Mangaratiba e Angra dos Reis

2.2.1 Mangaratiba

Mangaratiba possui uma população de 41.220 habitantes (Censo 2022), que se concentra predominantemente na zona urbana de seu território. Assim como ocorreu em outros municípios que foram cortados pela rodovia Rio-Santos, este município teve seu perfil populacional rural e com presença

marcante de pescadores/pescadoras artesanais e quilombolas, modificado em decorrência da mão de obra vinda de outras cidades para trabalhar nos empreendimentos turísticos e imobiliários. Com o acesso viário e a proximidade com a região metropolitana do Rio de Janeiro, Mangaratiba cresceu em tamanho urbano com segundas residências e casas de veraneio, o que é atestado pelos dados do Censo 2023 que indicam 65% de domicílios como vagos ou de uso ocasional, o maior índice de domicílios desocupados entre os sete municípios. Essa situação impõe um processo de segregação residencial, em que as áreas com melhor infraestrutura e acesso às praias são ocupadas destinadas a domicílios sem uso permanente e condomínios exclusivos de alto padrão, que se estabeleceram retirando pescadores/pescadoras e populações tradicionais do litoral.

Embora o turismo e os serviços urbanos se apresentem como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas em Mangaratiba, parte da população tem na pesca artesanal sua fonte de renda, em especial nas comunidades onde atua o Projeto Redes: Conceição de Jacareí, Centro de Mangaratiba, Muriqui, Quilombo da Marambaia, Ilha de Itacuruçá, Ilha de Jaguanum e Praia do Sahy.

Entre os principais conflitos levantados nos diagnósticos anteriores, são citados a indústria do petróleo, problemas relacionados à introdução de espécies invasoras, as atividades portuárias, a poluição do mar, as atividades turísticas e empreendimentos imobiliários, que geram desterritorialização de populações tradicionais, especulação imobiliária e privatização de praias; e a pesca industrial, que provoca a diminuição do pescado.

O município conta com dois quilombos (Marambaia e Santa Justina e Santa Izabel) e duas Unidades de Conservação estaduais, a Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba (que incide sobre a Ilha de Itacuruçá), a Área de Proteção Ambiental Marinha do Boto Cinza (que incide sobre as Ilhas de Jaguanum e Itacuruçá), de uso sustentável, e o Parque Estadual do Cunhambebe, de proteção integral, onde existe conflitos de uso com pequenos agricultores assentados, mas que não afeta as comunidades pesqueiras.

2.2.3 Angra dos Reis

Angra dos Reis possui uma população de 167.418 pessoas (Censo 2022), que vive em sua maior parte na área urbana, que corresponde a 2,9% do território. Essa alta concentração da população se deve a um padrão de segregação socioespacial que relegou as populações de baixa renda para áreas de risco nas encostas, enquanto grande parte das áreas costeiras são ocupadas por bairros de alta renda, empreendimentos, condomínios exclusivos e resorts. Apenas 3,7% de sua população reside na área rural.

O território de Angra dos Reis é dividido em sua porção insular (Ilha Grande e demais ilhas) e continental, com bairros ao longo do eixo da estrada Rio-Santos e no centro da cidade. O município é caracterizado pela coexistência de populações tradicionais e pescadores/pescadoras artesanais que resistem em territórios em disputa com pressões imobiliárias e empreendimentos geradores de impactos ambientais. Há uma aldeia indígena Guarani Mbya (Aldeia Sapukai) e o quilombo de Santa Rita do Bracuí, além de inúmeras comunidades caiçaras e pesqueiras (nem todas se autodeclaram como caiçaras) no continente e na Ilha Grande. Monsuaba, Tararaca, Maresia (Canal da Josefa), Praia das Flechas (Ilha da Jipoia), Ponta Leste, Garacutaia, Praia do Recife, Vila Velha, Vila Histórica de Mambucaba e Praia Vermelha – Perequê se situam no continente, ao longo do litoral, e se caracterizam por serem mais urbanizadas. Na Ilha Grande, mais isoladas, temos a Enseada do Abraão (com maior população) Provetá, Praia Vermelha, Vila de Dois Rios, Praia da Longa, Aventureiro, Matariz, Parnaioca, Bananal, Japariz, Saco do Céu, Praia de Fora, Freguesia de Santana, Enseada das Palmas, Araçatiba e Sítio Forte (Maguariqueçaba, Passa Terra, Tapera e Ubatubinha).

Desde 1970, a população de Angra dos Reis praticamente dobrou a cada 20 anos, passando de 40.276 habitantes em 1970 a 85.571 habitantes em 1991 e a 169.511 habitantes em 2010. O crescimento até 2010 teve como base atividades já iniciadas nos últimos 60 anos. A instalação do Estaleiro VEROLME no final dos anos 50, do Terminal Petrolífero da Ilha Grande (TEBIG) e da Usina Nuclear Angra I na década de 1970, e a extensão da indústria turística a partir dos anos 80 atraíram grande quantidade de mão de obra para a região. A abertura da rodovia Rio-Santos nos anos 1970 reproduziu os impactos de apropriação de terras adjacentes, desmatamento, mudanças

no uso do solo e urbanização. A economia baseada em atividades agrícolas (produção de banana e outras lavouras) e na pesca, inclusive com as fábricas de pescado (em especial na Ilha Grande) foi se tornando mais urbanizada, com indústrias, serviços e turismo. De 2010 a 2023 a população praticamente se manteve.

É a partir dessa base que processos mais recentes vão gerar pressão imobiliária, urbanização e expropriação de territórios. A desativação do presídio de Dois Rios gera um novo incremento no turismo da Ilha Grande, a partir de 1994. Temos ainda a retomada do estaleiro pela empresa Brasfels (2000), a construção da Usina Angra III (2010), a abertura da Baía da Ilha Grande aos transatlânticos são mudanças socioeconômicas que afetaram de modo significativo os municípios da Baía da Ilha Grande, propiciando por exemplo, a ocupação de áreas outrora utilizadas na agropecuária, ou mesmo de áreas ocupadas por vegetação natural, através de empreendimentos turísticos e da construção de casas de veraneio (INEA, 2015).

Por outro lado, como em outras inúmeras cidades, a ausência de política habitacional e a incapacidade do poder público em controlar e planejar o crescimento urbano teve como resultado a explosão dos assentamentos informais, ocasionando grandes problemas urbanos, sociais e ambientais. De acordo com o IBGE, em 2010, 34,2% dos domicílios de Angra dos Reis ficavam em aglomerados subnormais, representando 18.341 dos 53.575 domicílios da cidade, o que faz de Angra dos Reis o décimo município do Brasil com maior proporção de domicílio em favelas.

A indústria de petróleo e gás opera a partir de uma infraestrutura que envolve, em terra, o Porto de Angra dos Reis (uso para embarcações de apoio offshore), o Terminal Marítimo Almirante Maximiano da Fonseca (TEBIG) (transporte de petróleo e derivados) e o Estaleiro Brasfels (lançamento e montagem de módulos sobre as plataformas de FPSO P-66 e P-69), além das plataformas em alto mar e os navios. Os conflitos entre a atividade da pesca e a indústria de petróleo e gás aparecem em função dos riscos de vazamento nas operações de transferência de óleo e do trânsito das grandes embarcações, gera poluição sonora e visual (sirenes e luzes) afastando diversas espécies de pescado.

Em relação ao turismo, a pesca artesanal tem conflitos por conta da ocupação e uso do espaço marítimo, com a restrição de espaços para a pesca causada pelo aumento do trânsito descontrolado de escunas e navios e do turismo. Além disso, existe o problema da privatização e a restrição do acesso a praias e a especulação imobiliária. A atividade turística, por sua vez, é afetada ainda pela presença física de estruturas da cadeia de petróleo e gás na paisagem (como embarcações, rebocadores e plataformas), interferindo na valorização estética e paisagística.

A pesca artesanal sofre o impacto da pesca industrial de grande porte, por causa da atividade intensa, sem ser fiscalizada, de embarcações de pesca industriais que diminuem o estoque de recursos pesqueiros da região. A maricultura de algas exóticas atrapalha os pescadores/pescadoras, que dizem que a alga emalha na rede, aumentando seu peso e volume e gerando consequente redução nas capturas.

Angra dos Reis possui diversas Unidades de Conservação: o Parque Estadual da Ilha Grande, de proteção integral, que incide sobre grande parte da Ilha Grande, deixando de fora as áreas povoadas, a Reserva Biológica da Praia do Sul, num segmento sem ocupação na porção sul da Ilha Grande, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aventureiro, na comunidade caiçara do Aventureiro. A Área de Proteção Ambiental Estadual dos Tamoios incide sobre grande parte das praias e ilhas, e recentemente passou por tentativas de municipalização, o que foi contestado pelos movimentos sociais e ambientais. A Estação Ecológica de Tamoios, de proteção integral, protege ecossistemas marítimos e insulares em Angra dos Reis e Paraty, e recentemente sofreu pressões para flexibilização, no âmbito do governo federal (2019-2022). Existe conflito entre comunidades pesqueiras e Unidades de Conservação, por conta da restrição de acesso a área que tradicionalmente era de pesca.

2.3 O Mesoterritório Interestadual (Meso Inter): Paraty e Ubatuba

2.3.1 Paraty

Paraty possui uma população de 44.872 habitantes (Censo 2022), distribuída em sua maior parte na área central e em alguns bairros e comunidades no eixo da Rodovia Rio-Santos e da Paraty-Cunha. É marcada pelo patrimônio cultural e natural preservado, com presença de comunidades tradicionais indígenas (Guarani Mbya, Guarani Nhandeva e Pataxó), quilombolas (Quilombos do Campinho e do Cabral) e caiçaras, ao longo de toda costa e em algumas ilhas. Desde a abertura da Rodovia Rio-Santos passa por processos de conflitos territoriais por conta da grilagem de terras e especulação imobiliária, com condomínios, hotéis e casas de veranistas que se instalam em áreas de ocupação e uso de comunidades tradicionais e demandam mão-de-obra para diversos tipos de serviço.

Entre as comunidades tradicionais e pesqueiras onde atua o Projeto Redes, estão aquelas situadas no litoral, próximas à Rodovia Rio-Santos, como Tarituba, São Gonçalo e Praia Grande, as localizadas em ilhas, como Ilha do Cedro, Ilha do Algodão e Ilha do Araújo, na área central, como Chácara e Pontal, e na Península da Juatinga, uma área cujo acesso terrestre é feito somente em Paraty-Mirim, enquanto nas restantes – Ponta Negra, Praia do Sono, Saco do Mamanguá (Vila Cruzeiro, Baixio, Ponta da Romana, Currupira), Ponta da Juatinga, Cairuçu das Pedras/Saco Claro/Saco da Sardinha/Saco das Anchovas, Calhaus/ Praia Grande da Cajaíba – o acesso ocorre somente por trilha e barco. Ponta Grossa, acessível de barco, e Trindade, no extremo sul de Paraty, completam a lista.

O turismo é a principal atividade econômica da cidade, com atrativos ligados ao patrimônio histórico, praias e cachoeiras e aos eventos culturais. As comunidades tradicionais buscam desenvolver o turismo de base comunitária, com geração de renda e valorização da cultura tradicional, construindo uma outra forma de uso do território. Enquanto isso, fazendas, hotéis e condomínios reproduzem o padrão exclusivista de turismo e veraneio. A multiplicação de empreendimentos turísticos e de luxo na Baía de Ilha Grande influenciou de forma direta a espacialização das comunidades caiçaras, que

progressivamente foram sendo deslocadas do espaço litorâneo para espaços interiores, gerando processos de expulsão e realocação de populações tradicionais caiçaras. A especulação imobiliária levou à valorização dos terrenos do município. A alta circulação de escunas gera problemas de poluição e afeta a manutenção da pesca artesanal e o pleno desenvolvimento das atividades dos comunitários na área do turismo.

As unidades de conservação são a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, sobreposta à Área de Proteção Ambiental Cairuçu, que cobrem toda a Península da Juatinga; o Parque Nacional Serra da Bocaina, de proteção integral, que incide sobre uma parcela da comunidade de Trindade, gerando restrições de uso e conflitos; a Estação Ecológica de Tamoios, de proteção integral, que afeta algumas áreas marinhas e insulares de Paraty, e a APA Marinha Municipal de Paraty. Nas UCs de proteção integral Parque Nacional Serra da Bocaina e Esec Tamoios têm sido estabelecidos termos de compromisso com comunidades tradicionais, de Trindade e Tarituba, respectivamente, na busca da resolução de conflitos.

Paraty e Ilha Grande (Angra dos Reis) foram reconhecidas pela UNESCO como patrimônio cultural e natural da humanidade, o chamado sítio misto. A existência das comunidades tradicionais, com sua cultura viva, foi determinante na obtenção do título junto à UNESCO.

2.3.2 Ubatuba

Ubatuba possui atualmente 92.980 (Censo 2022). Ubatuba foi o município com maior acréscimo populacional, em torno de 195% entre a década de 1980 e de 2010. O crescimento pode ser explicado pela mudança na dinâmica de ocupação em São José dos Campos e seu entorno, no Vale do Paraíba, região próxima a Ubatuba, com acesso pela Rodovia Oswaldo Cruz. Ubatuba passa a ser um dos principais destinos turísticos, com incremento da urbanização, dos serviços e da construção civil, ligada principalmente às segundas residências e às redes de hospedagem. Do total de domicílio, 57% são vagos ou de uso ocasional, o que expressa uma situação similar a Mangaratiba quanto à ocupação de áreas privilegiadas para imóveis sem uso permanente e de valor crescente.

Ubatuba também possui uma grande diversidade étnico-cultural, com comunidades tradicionais indígenas (TI Jaexaa-Porã Boa Vista - Sertão do Promirim, TI Ywaty Guaçu Aldeia Renascer, Aldeia Rio Bonito), quilombolas (Quilombos da Fazenda, Camburi, Caçandoca, Saco das Bananas, Sertão do Itamambuca e Vila Ponta Baixa) e caiçaras. As comunidades abrangidas pelo Projeto Redes em Ubatuba são Quilombo da Fazenda, Camburi/Quilombo do Camburi, Praia Grande do Bonete, Praia da Fortaleza, Praia do Estaleiro, Prumirim, Puruba, Praia da Justa/Praia do Ubatumirim, Félix, Praia da Almada, Quilombo da Caçandoca, Peres/Oeste, Maranduba, Picinguaba, Barra Seca, Enseada, Barra dos Pescadores, Lázaro e Saco da Ribeira.

Os conflitos envolvendo os territórios caiçaras se evidenciam nos seguintes problemas relatados: i) fechamento da praia por marinas; ii) restrição de acesso à praia, ao costão e ao rancho de pesca por condomínios e casas de veraneio; iii) divisão dos lotes e consequente desmatamento; iv) privatização das praias por meio de concessão de uso da praia somente para uma pessoa; v) perda e redução dos espaços caiçaras e (Ex: local para guardar barcos e petrechos de pesca); vi) proibição de puxar a rede, para não atrapalhar o lazer do turista.

Entre as unidades de conservação, em Ubatuba estão o Parque Estadual da Ilha de Anchieta; a APA Marinha do Litoral Norte (que incide sobre a comunidade do Saco da Ribeira), o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Estação Ecológica Tupinambás e o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), que incide sobre as comunidades de Picinguaba, Quilombo da Fazenda e Camburi/Quilombo do Camburi. Alguns conflitos de uso ocorrem no caso da PESM, em razão das restrições no uso do recurso natural, ao processo de urbanização turística do município e à realização da atividade pesqueira não artesanal, resultando em conflitos entre os pescadores/pescadoras artesanais, os órgãos fiscalizadores (Polícia Florestal) e gestores (Fundação Florestal) do PESM; entre os pescadores/pescadoras artesanais, os turistas e empreendimentos turísticos (condomínios, marinas, casas de veraneio) e por fim entre os pescadores/pescadoras artesanais e industriais, amadores, bem como os órgãos responsáveis pelo ordenamento marítimo (Polícia Ambiental, Marinha e IBAMA).

2.4 O Mesoterritório de São Paulo (Meso SP): Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela

2.4.1 Caraguatatuba

Caraguatatuba possui 134.875 habitantes (Censo 2022), desde 2010 é o município que mais aumentou sua população dentro do macroterritório, tanto em números absolutos quanto relativos. Também é o município com a maior densidade demográfica entre os sete. Tem uma infraestrutura consolidada de serviços e comércio, inclusive atendimento médico, sendo um polo de atração populacional na região.

Em relação às comunidades tradicionais e pesqueiras, Caraguatatuba possui algumas que estão inseridas no Projeto Redes: Cocanha, Camaroeiro, Porto Novo e Tabatinga.

Em todo o litoral norte do estado de São Paulo o turismo é um vetor significativo, que surge atrelado à implantação e pavimentação das rodovias a partir da década de 1950 e 1960. O uso turístico da região foi o agente desencadeador dos processos de urbanização. O crescimento urbano de Caraguatatuba é um resultado desse processo.

Por sua posição estratégica em relação às vias de acesso ao planalto – Rodovia dos Tamoios – e ao porto de São Sebastião, foi escolhida para abrigar os novos empreendimentos de petróleo e gás da Petrobras na região. Por volta de 2005 a região é escolhida para a implantação dos empreendimentos de petróleo e gás da Petrobras, como a Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), a Plataforma de Mexilhão (PMXL-1) e o gasoduto marítimo de transporte do gás natural da Plataforma (PMXL1) para a UTGCA. A instalação da UTGCA atraiu muitos trabalhadores de fora do município e se constituiu como um dos vetores econômicos da cidade. O município é o segundo maior recebedor de royalties no litoral norte de São Paulo.

Sobre as unidades de conservação, a APA Marinha Litoral Norte incide sobre a comunidade da Ilha do Tamanduá (próximo à Cocanha). A Bacia do Rio Juqueriquerê, situada integralmente em Caraguatatuba, tem o único rio navegável da região, responsável por cerca de 90% do abastecimento de água dos municípios de Caraguatatuba e São Sebastião. Abastece também o UTGCA e o Terminal Almirante Barroso, de São Sebastião. É considerada em

situação crítica, devido à perda da qualidade dos cursos d'água e sujeita a risco de contaminação de aquíferos em áreas de ocupação humana.

As comunidades pesqueiras foram diretamente impactadas pelas atividades ligadas ao Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural e Condensado no Campo de Mexilhão da Bacia de Santos. Neste caso houve um conflito de interesses pelo uso do mesmo espaço marinho entre os pescadores/pescadoras artesanais e a indústria petrolífera. As comunidades agrícolas também são diretamente impactadas pelas atividades da UTGCA.

Em relação ao uso e ocupação do solo, existe conflito entre a atividade pesqueira e o turismo, que alimentou uma especulação imobiliária que provoca conflito pelo uso da praia e prejudicam os pescadores e pescadoras, impedindo-os manter seus ranchos, guardar seus petrechos, consertar suas redes e até mesmo sair com seus barcos.

Em relação aos pescadores/pescadoras artesanais, os principais problemas citados indicam conflitos estabelecidos com as organizações sociais da pesca (Colônia e Associações) e junto aos órgãos públicos do setor de pesca (Ministério da Pesca e Aquicultura), de gestão de unidades de conservação marinha (Fundação Florestal) e de fiscalização (Polícia Militar Ambiental e Capitania dos Portos). Além disso, é evidente o conflito entre os pescadores/pescadoras artesanais com outras categorias como a pesca industrial e a amadora.

2.4.2 São Sebastião

São Sebastião possui 81.540 habitantes, segundo o Censo de 2022. A partir da década de 1950, a configuração demográfica deste município foi profundamente influenciada pela instalação de grandes projetos de infraestrutura, como o Porto Organizado de São Sebastião – que teve suas obras iniciadas em 1936, mas inaugurado somente em 1955 – e do Terminal Almirante Barroso – TEBAR (1961) da Transpetro, que promoveram o surgimento diversos assentamentos irregulares, afetando serviços básicos de saúde, educação, emprego, habitação etc. Essa situação foi agravada posteriormente pelo aumento da atividade turística, que atraiu muitos trabalhadores da construção civil para a região.

Atualmente os grandes empreendimentos relacionados à cadeia de petróleo e gás e à viabilização do fluxo turístico seguem impactando o cotidiano das comunidades de São Sebastião, impondo uma nova onda de transformações espaciais e sociais, a partir do projeto de ampliação do Porto de São Sebastião e do píer do TEBAR, da duplicação da rodovia Tamoios em Caraguatatuba e das obras do complexo viário do Contorno Sul (ligação entre São Sebastião e Caraguatatuba).

As comunidades que fazem parte do Projeto Redes são: Araçá, Baraqueçaba, Barra do Rio Boiçucanga, Barra do Sahy, Barra do Una, Boracéia, Camburi (São Sebastião), Enseada (São Sebastião), Ilha do Montão de Trigo, Juqueí, Maresias, Paúba, Pontal da Cruz, Santiago, São Francisco, Toque-Toque Grande e Toque-Toque Pequeno.

Nesse contexto no qual territórios de pescadores/pescadoras artesanais disputam espaço com grandes empreendimentos, nos diagnósticos participativos mencionados, os moradores de São Sebastião relatam conflitos relacionados a eventos de derramamento de petróleo, aos prejuízos causados à pesca em função da movimentação de navios, a perda de antigas áreas de pesca pela construção do píer do TEBAR e pela movimentação do Porto.

Apesar da presença da indústria do petróleo no município, há relatos relacionados a falta de perspectiva de emprego, uma vez que geralmente são pessoas de outros municípios que ocupam os cargos que precisam de mão de obra especializada. Soma-se às dificuldades de ordem econômica enfrentadas pelo município, que impactam a execução de políticas públicas, as disputas judiciais travadas entre as prefeituras de São Sebastião e Ilhabela pelos recursos dos royalties. Apesar de ser um município confrontante com os campos produtores de petróleo, São Sebastião é "sombreado" por Ilhabela, que acaba por ficar com a maior parte desses recursos do petróleo.

A atividade pesqueira artesanal de São Sebastião também é impactada diretamente pelo processo de urbanização turística, devido a instalação de condomínios e marinas, que privatizam praias, pela presença da pesca industrial, que reduzem os estoques pesqueiros, e pelas restrições impostas pelos órgãos ambientais e de ordenamento marítimo.

São Sebastião conta com diversas unidades de conservação de uso sustentável, como a APA Marinha do Litoral Norte, que incide sobre todas as

comunidades, e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de São Sebastião, ambas de competência estadual, APA Itaçucê, APA Alcatrazes e APA Baleia- Sahy, de competência municipal. A única unidade de conservação de proteção integral presente no município é o Núcleo São Sebastião do Parque Estadual da Serra do Mar, que incide sobre as comunidades de Barra do Una, Toque Toque Pequeno, Toque Toque Grande e Baraqueçaba.

2.4.3 Ilhabela

Segundo o Censo de 2022, Ilhabela possui 34.934 habitantes. O município é um arquipélago formado por 12 ilhas, ilhotes e lajes, sendo a maior delas a Ilha de São Sebastião, onde se localiza a sede municipal. A face continental da Ilha de São Sebastião é a sua porção mais urbanizada e onde se concentra a maior parte da população. O acesso às comunidades que estão na face oceânica se dá principalmente pelo mar, o que lhes confere certo grau de isolamento. É nessa porção onde se concentram grande parte das comunidades caiçaras da ilha.

Até a década de 1950, Ilhabela tinha sua economia voltada à agricultura e à atividade pesqueira. Assim como ocorreu nos demais municípios do litoral norte de São Paulo, a partir da década de 1960 o turismo ganhou centralidade econômica, mudando toda a configuração social e territorial da ilha. As populações caiçaras foram empurradas pelas casas de veraneio e condomínios para áreas de risco e os impactos ambientais resultantes dessa nova configuração fizeram eclodir movimentos que reivindicavam a criação de unidades de conservação, com objetivo de frear o avanço da ocupação desordenada.

O Projeto Redes atua nas comunidades de Portinho, Armação - Praia do Pinto, Canto da Lagoa, Canto do Ribeirão, Curral, Figueira, Guanxumas - Saco do Eustáquio, Guanxumas de Búzios, Porto do Meio - Ilha de Búzios, Ilha Vitória, Itapeirica – Simão, Praia da Fome, Praia da Serraria, Praia Mansa, Praia Vermelha (Ilhabela), Saco do Indaiá, São Pedro, Sombrio e Taubaté.

Em 1977, o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) é criado, e passa a ocupar 83% do município. Este parque incide sobre todas as comunidades do microterritório Baía de Castelhanos e Bonete. A APA Marinha do Litoral Norte,

criada em 2008, incide sobre todas as comunidades em que o Projeto Redes atua. Ilhabela ainda conta com o Parque Municipal das Cachoeiras, criado em 2004.

As comunidades caiçaras que tiveram seus territórios sobrepostos ao parque passaram a viver um dilema, já que ao mesmo tempo que esta unidade de conservação restringiu seu modo de vida, também serviu como barreira para especulação imobiliária que adentrava os territórios tradicionais.

Caiçaras e pescadores/pescadoras artesanais também são impactados pelos empreendimentos petrolíferos e portuários que ocorrem na região. Embora Ilhabela não tenha instalações ligadas a cadeia de petróleo e gás em sua porção terrestre, sofre diretamente com as atividades dos navios petroleiros que utilizam o Terminal Almirante Barroso e Porto de São Sebastião. Além disso, os gasodutos que ligam a plataforma de Mexilhão à Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba passam entre as ilhas de Vitória e Búzios. Inúmeros conflitos relacionados a casos de vazamento de óleo, prejuízos a pesca pela instalação de equipamentos e pela movimentação de navios foram relatados nos diagnósticos participativos citados. Ilhabela é o município que mais recebe recursos do petróleo (royalties e participações espaciais) dentre aqueles onde atua o projeto Redes.

3. Levantamento e sistematização dos dados secundários

O produto **Levantamento e Sistematização dos Dados Secundários** estava previsto no Plano de Trabalho do Projeto Redes. No Anexo X do Plano de Trabalho esse produto é assim descrito:

planilha de armazenamento de dados secundários que servirá como instrumento de análise do conhecimento sobre as comunidades, sobre os municípios e a região abrangente do PEA Costa Verde. Também será composta com outras planilhas que receberão informações a respeito das características de infraestrutura e logística e, portanto, servirá para tomada de decisões e orçamentação das atividades de campo. Finalmente, será organizada uma terceira planilha com dados sócio-políticos que permitirão um olhar sobre as comunidades a partir de dados de campo.

O objetivo é “subsidiar as ações do projeto a partir da pesquisa e coleta de informações pertinentes ao desenvolvimento da Fase II do PEA Costa Verde. Segundo as orientações do mesmo documento, esses dados devem ser sistematizados em uma planilha de Excel e atualizados constantemente”.

Em primeiro lugar, é importante diferenciar os processos. O que era o levantamento de artigos, livros, teses, dissertações etc., referentes à área de atuação do Projeto Redes passamos a chamar de **levantamento bibliográfico**. Como esse produto foi entregue no 2º Relatório Anual (2022), optamos por não trazer novidades em relação ao levantamento bibliográfico neste 3º Relatório Anual.

Já a sistematização de dados de diversas fontes, que podem ser tabulados, chamamos de dados secundários, ou mesmo dados primários, quando são sistematizados a partir dos trabalhos de campo e ações do Projeto Redes. De forma mais genérica pode ser chamada de **base de dados**. A análise da base de dados está incluída neste relatório de Atualização do Diagnóstico Participativo, pois o objetivo é que ambos os produtos caminhem juntos. A base de dados deve alimentar e qualificar o diagnóstico participativo, além de possuir uma interface com o monitoramento das atividades, principalmente com os indicadores temáticos.

3.1 Base de dados

O produto Levantamento e Sistematização dos Dados Secundários foi abordado desde o início do projeto. A discussão sobre os dados passou por diversas questões: levantamento de dados espaciais, dados primários e secundários do PEA Costa Verde Fase I e outros projetos, levantamento de relatórios, solicitação à Petrobras dos dados existentes por comunidade, leitura de documentos técnicos e bibliografia e organização das pastas.

As informações no âmbito do Projeto Redes estão organizadas em tabelas que em sua grande maioria se referem a quatro tipos de informação: comunidades, pessoas, atividades e temas.

As tabelas sobre as pessoas detalham em especial a equipe, os cursistas da RFS, as comissões de base, além de, eventualmente, participantes de atividades promovidas pelo Projeto Redes. As tabelas sobre

as atividades são geradas a partir do preenchimento dos formulários de cada atividade, com informações referentes a data, local, tema, objetivos, participação e avaliação da atividade. As tabelas sobre as comunidades se referem tanto ao levantamento de informações da realidade de cada comunidade, considerando os temas principais (blocos temáticos), quanto às informações sobre a atuação do Projeto Redes em cada comunidade. Por fim, o acompanhamento dos temas se dá a partir de como eles se manifestam nos blocos temáticos, nos cursos e nas atividades realizadas. As informações sobre pessoas, atividades e temas podem ser expressas também por comunidade, que é a unidade básica de análise para a pesquisa e para a ação no Projeto Redes.

Para que as informações do projeto possam ser integradas é preciso adotar parâmetros comuns ao se registrar as ações e informações. Assim deve se constituir uma base de dados, que pode ser utilizada de forma variável de acordo com as necessidades do projeto. Tanto os dados sobre as pessoas envolvidas quanto os dados sobre as atividades devem conter informações sobre as comunidades, de modo que possamos fazer correlações espaciais, acompanhando a maneira como as atividades e formações contribuem com o fortalecimento das comunidades.

Elaboramos uma tabela base contendo todas as comunidades situadas nos sete municípios de atuação do Projeto Redes. A partir dessa tabela podemos agregar as variáveis das diferentes fontes de pesquisa, dados primários e secundários oriundos dos processos em andamento e dos trabalhos do GT Pesquisa. A tabela base contém 193 comunidades dos 7 municípios do Projeto Redes, sendo que 129 fazem parte efetivamente do projeto – algumas dessas comunidades estão agregadas como apenas uma comunidade no Projeto Redes, daí o número de 111 comunidades do Redes, como é geralmente registrado na divulgação. Os dados serão preenchidos somente para as comunidades do Redes. Alguns dados serão apresentados por município. Já os dados por micro e mesoterritórios serão obtidos apenas pela agregação dos dados das comunidades que os compõem.

Para o diagnóstico participativo, uma escolha metodológica importante se refere à escala, aos recortes espaciais e às unidades de análise. Sobre o

recorte espacial, ele está bem definido pelos sete municípios em que estão localizadas as comunidades pesqueiras abrangidas pelo Projeto Redes.

Sobre a escala, consideramos que esta depende da escala dos atores e dos processos em que estão inseridos, o que permite dizer que podemos tanto adotar uma abordagem escalar limitada, ao nível da comunidade, do município ou da região de abrangência do Projeto Redes, quanto adotar abordagem multiescalares, considerando que os atores e processos locais possuem articulações mais amplas que remetem às escalas regional ou nacional.

Em relação às unidades de análise, consideramos prioritariamente a comunidade como principal unidade de análise. No Projeto Redes, são definidas 111 comunidades nos sete municípios. Algumas delas são agregados de pequenas comunidades (Ex: Peres/Oeste), em outros casos temos comunidades urbanas definidas como bairros (Ex: Centro de Mangaratiba). Mas na maior parte são comunidades que se auto identificam a partir de sua singularidade. Por exemplo, Trindade é uma comunidade de Paraty onde existem várias praias (Ex: Cepilho, do Meio, Caxadaço etc.), mas que se auto identifica como uma única comunidade. Já o Saco do Mamanguá está dividido em diferentes comunidades (Ex: Ponta da Romana, Baixio, Currupira, Cruzeiro etc.) que ora se identificam separadamente, ora como uma única comunidade agregada como Saco do Mamanguá. Alguns dados, portanto, serão apresentados de forma desagregada por cada comunidade, enquanto outros dados aparecerão para as unidades operacionais do projeto (111 comunidades).

A base de dados deve também subsidiar a atualização do diagnóstico participativo. Junto aos educadores e de fontes secundárias, iniciamos o levantamento de dados sobre os temas que compõem os blocos temáticos, buscando caracterizar cada comunidade em relação ao território, população, acessibilidade, atividades econômicas e culturais (em especial pesca, turismo, agroecologia, artesanato e festas/mutirões), organização comunitária, impactos de empreendimentos, conflitos territoriais, gestão ambiental e educação. O objetivo é identificar as principais demandas de cada comunidade e avaliar em que medida estão sendo desenvolvidas pelo projeto atividades e temas geradores que vão ao encontro dessas demandas.

Considerando a interface entre a base de dados e a atualização do diagnóstico participativo, elaboramos o seguinte roteiro para operacionalizar a pesquisa que alimentará a base de dados e subsidiará a atualização do diagnóstico participativo.

- Escolha de variáveis de análise sobre os blocos temáticos, em forma de perguntas a serem direcionadas aos educadores numa reunião de microterritório;
- Agendamento e realização das reuniões de microterritório com o GT Pesquisa;
- Tabulação dos dados obtidos nas reuniões de microterritório;
- Complementação dos dados com fontes secundárias;
- Agendamento e realização das reuniões de microterritório com o GT Pesquisa para a devolutiva da análise quantitativa;
- Discussão qualitativa a partir dos resultados, com questões sobre a principal demanda de educação, principais conflitos, principais atividades de trabalho e renda e situação da pesca;
- Elaboração de relatório síntese por tema e por comunidade.

Entre julho e setembro de 2023, realizamos a primeira parte do roteiro proposto, cobrindo 74 comunidades das 129 (64 das 111). Foram feitas reuniões entre pesquisadores e educadores para responder às perguntas do questionário e iniciamos a tabulação dos dados. Começamos pelos Mesoterritórios RJ e Interestadual, por conta da reorganização interna do Mesoterritório SP. Com isso o cronograma de reuniões segue na ordem de agendamento: RJ, Inter e SP. Até janeiro de 2024 devemos concluir as reuniões com os demais microterritórios, a tabulação de dados e as devolutivas para detalhamento qualitativo dos resultados. Por fim, consolidaremos o relatório síntese sobre cada tema e sobre cada comunidade e microterritório no início de 2024.

3.2 Temas do questionário

Identificação de controle

O questionário está estruturado em 129 comunidades, individualizadas por um número de identificação (Id) e Nome. A coluna Comunidade Agrupada identifica em que comunidade ela está considerada entre as 111 comunidades do Projeto Redes. As colunas “É agrupada?” e “Comunidade Extra” são colunas de controle para permitir gerar resultados para as 111 comunidades. As colunas de Município, Mesoterritório, Microterritório e Código Microterritório se referem ao enquadramento espacial da comunidade. A coluna PEA CV 1 indica se a comunidade participou do PEA Costa Verde Fase 1. A coluna Povos indica se a comunidade participou do Projeto Povos. A coluna Povo diferencia apenas entre Caiçara e Quilombola, sendo que a autodeclaração das comunidades, e dos comunitários de cada uma, como caiçara é algo que não está bem definido em algumas das comunidades, por isso incluímos uma pergunta sobre identidade na parte sobre população. A coluna “Questionário respondido” é uma coluna de controle das respostas.

Acesso

As perguntas sobre Acesso remetem a atributos básicos que diferenciam as comunidades em relação aos centros municipais de cada município. Foram quatro perguntas:

- Tem acesso por trilha?
- É uma trilha de difícil acesso?
- Por estrada?
- Por barco?
- Observações sobre acesso

População

A pergunta sobre o tamanho da população tinha como objetivo obter um número estimado, que teria que ser conferido com outras fontes. No caso das populações quilombolas, o Censo 2022 apresenta números precisos daqueles que vivem em territórios quilombolas. Porém o Quilombo da Fazenda não foi incluído entre os territórios quilombolas do Censo, por conta de seu status jurídico ainda não formalizado.

A distribuição da população no território, se é dispersa ou concentrada, busca dar conta da maior ou menor dificuldade do trabalho de mobilização, mas também pensar em como afeta determinados serviços.

Sobre a identidade, as perguntas se referem especificamente a caiçaras e quilombolas, buscando um ponto de partida para entender em que medida é possível caracterizar as comunidades a partir dessa identidade. Perguntamos ainda sobre pescadores/pescadoras, para entender o peso desse grupo social em cada comunidade, mas pressupondo que em todas elas encontraremos a presença de pescadores/pescadoras. E, por fim, as perguntas sobre veranistas, para avaliar também o peso desse grupo social e de que modo exercem pressões nas comunidades constituídas.

- Qual a quantidade de moradores?
- Como é a distribuição da população no território? Dispersa ou concentrada?
- Há prevalência de algum grupo social identitário?
- Qual grupo social?
- A população se identifica como caiçara?
- A população se identifica como quilombola?
- Há população de pescadores/pescadoras?
- Há casas de veranistas?
- Há tensão na relação com as casas de veranistas?

Atividades econômicas

A pergunta sobre atividades econômicas, com até três espaços, permite identificar de forma preliminar as principais atividades, para serem detalhadas nas perguntas que seguem, em especial sobre pesca, turismo e agricultura. A maioria das comunidades, nas respostas até aqui, indicaram turismo e pesca como principais atividades.

- Quais atividades econômicas principais?
- Atividade econômica 1
- Atividade econômica 2
- Atividade econômica 3

Turismo

Estima-se que o turismo seja uma das principais atividades realizadas nessas comunidades. Buscando detalhar um dos pontos sobre as atividades econômicas, esse bloco de perguntas busca caracterizar a atividade turística em cada comunidade, levando-se em conta a presença de equipamentos comunitários para recepção do turista, existência de atrativos naturais e culturais, nível de organização comunitária relacionada ao turismo. A pergunta-síntese sobre a consolidação de um turismo de base comunitária será retomada a partir da devolutiva dos dados junto aos educadores.

- Possui camping?
- Possui hotel/pousada?
- Possui quartos de moradores para alugar?
- Possui restaurante?
- Possui lanchonete/bar?
- Possui comércio de alimentos? (Venda, mercado)
- Praia?
- Praia própria para banho?
- Cachoeira? Rio?
- Possui barqueiros?
- Possui uma associação comunitária de barqueiros?
- Possui experiências de TBC em curso?
- Possui guias turísticos ou condutores locais?
- Possui atrativos culturais com visitação?
- Quais?
- Possui atrativos culturais com potencial de visitação?
- Quais?
- Participa de alguma rede de turismo de base comunitária?
- Possui contato por WhatsApp para agendamentos?
- Possui informações na internet para agendamentos?
- Pergunta síntese: qual grau de consolidação do Turismo de Base Comunitária na comunidade?

Agroecologia e roça

Este conjunto de perguntas busca caracterizar as atividades relacionadas à produção agrícola, criação de animais, extrativismo vegetal,

destinação da produção, acesso às políticas de incentivo e restrições legais à produção agrícola comunitária. O termo agroecologia aqui remete ao conceito que vem sendo adotado por diferentes grupos sociais para expressar as diferentes práticas de uso da terra que não comprometem os ecossistemas em que estão inseridas. A pergunta-síntese, a ser retomada na devolutiva, trata de uma caracterização da comunidade em relação à agroecologia. As perguntas foram as seguintes:

- Possui experiências de agroecologia em curso?
- Possui hortas residenciais?
- Possui horta comunitária?
- Possui roças?
- Quais os principais tipos de cultivo?
- Possui algum tipo de extrativismo vegetal?
- Possui Sistema Agroflorestal?
- Possui viveiro?
- Possui agricultores dedicados exclusivamente às práticas agrícolas?
- Possui agricultores que dividem seu tempo de trabalho com outras práticas?
- Possui criação de animais? Quais?
- A produção é voltada exclusivamente para o autoconsumo?
- Há comércio local na comunidade?
- Há comercialização dos produtos agroflorestais para fora da comunidade?
- Acessa algum programa de incentivo à agricultura familiar?
- Possui restrições legais à prática da agricultura na área da comunidade?
- Pergunta-síntese: como se caracteriza a comunidade em relação à agroecologia?

Pesca

As perguntas desse bloco buscam identificar a presença de atividade pesqueira nas comunidades, caracterizando as artes de pesca utilizadas, os equipamentos comunitários, o nível organizativo e o grau de formalização em torno da atividade.

- Possui atividade de pesca?
- Possui cerco flutuante?
- Possui associação de pescadores(as)?
- Possui rancho de pesca?

- Possui rancho comunitário?
- Possui atividade de beneficiamento do pescado?
- Possui maricultura?
- Quais tipos de pesca?
- Quais tipos de embarcações utilizadas?
- Qual o grau de formalização da atividade pesqueira?
- Os(as) pescadores(as) possuem Registro Geral da Pesca (RGP)?
- Os(as) pescadores(as) possuem Título de Inscrição da Embarcação (TIE)?
- Os(as) pescadores(as) possuem Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) (POP1, POP2)?
- Os(as) pescadores(as) possuem Licença de Pesca (diversificada costeira, emalhe, camarão rosa, camarão 7 barbas)?
- Os(as) pescadores(as) emitem Nota Fiscal de produtor rural?
- Pergunta-síntese: como se caracteriza a comunidade em relação à pesca?

Cultura

Esse bloco de perguntas buscou identificar algumas expressões culturais e artísticas das comunidades, assim como a forma como são organizadas e transmitidas (compartilhadas).

- Possui práticas artesanais?
- Possui grupos culturais ativos?
- Possui festas e eventos comunitários num calendário anual?
- Quais festas/eventos?
- Possui prática de partilha/mutirão? Quais?
- Possui alguma religião ou prática religiosa a ser destacada?

Riscos e desastres

As perguntas deste bloco têm como objetivo caracterizar as comunidades que vivem/usam áreas de risco ou foram afetadas por desastres ambientais e/ou provocados pela atividade humana.

- Há riscos de alagamentos?
- Há riscos de deslizamentos?
- Há ocorrência de queimadas ou incêndios florestais?
- Proximidade em relação à usina (raio de 15 km)?
- Houve ocorrência recente de desastres climáticos?

- Houve ocorrência recente de vazamento de óleo?
- Como se caracteriza a situação dos riscos na comunidade?

Impactos da cadeia de petróleo e gás

Este bloco de perguntas busca identificar as comunidades que são potencialmente ou efetivamente impactadas pelos empreendimentos ligados à produção de petróleo e gás na região. Foram realizadas algumas perguntas fechadas sobre a ocorrência dos impactos potenciais e efetivos mais comuns ligados à cadeia de P&G na região. De forma a não descartar a presença de outros tipos de impacto, também foi realizada uma pergunta aberta em relação ao tema. Esse levantamento é considerado prioritário pelo Ibama, pois ao longo do projeto e ao final dele devemos ter a capacidade de responder se o PEA teve efeito para a mitigação dos impactos da atividade de produção de petróleo e gás offshore na região. Também nos foi colocada a hipótese sobre o maior ou menor envolvimento das comunidades relacionado à incidência dos impactos.

- Há circulação de navios?
- Houve ocorrência de vazamento de óleo?
- Há proximidade com porto?
- Há área de fundeio próxima de áreas de pesca da comunidade?
- Há impacto visual de plataformas e navios?
- Pergunta-síntese: como se caracteriza a comunidade em relação aos impactos do petróleo e gás?

Saneamento

Estas perguntas buscam identificar a presença ou ausência dos serviços oferecidos pelo poder público relacionados ao saneamento,

- Possui coleta regular de lixo?
- Possui projeto de saneamento ecológico?
- Possui problemas relacionados a esgoto, lançamento de efluentes nos rios e mar?
- Possui problema de abastecimento de água?
- Como se caracteriza a comunidade em relação ao saneamento

Unidades de conservação

As perguntas deste bloco buscam caracterizar a sobreposição dos territórios das comunidades que fazem parte do projeto com Unidades de Conservação, considerando suas categorias, seus níveis de implementação, os instrumentos de controle social e de regularização fundiária e as relações de parceria e conflito estabelecidas entre comunidades e órgãos gestores. Como temos os dados sobre quais Unidades de Conservação se sobrepõem às comunidades de atuação do Projeto Redes, as perguntas sobre UCs só foram feitas onde havia de fato superposição.

- Há incidência de Unidades de Conservação?
- Quais Unidades de Conservação?
- A comunidade tem representação no conselho gestor?
- Há termo de compromisso vigente?
- Há plano de manejo?
- Há conflito com a UC?
- Há plano comunitário mediado pela UC?
- Como se caracteriza a comunidade em relação às UC?

Conflitos

A pergunta sobre conflito já seria uma pergunta síntese, a ser elaborada inicialmente na primeira rodada de aplicação do questionário, mas retomada posteriormente na segunda rodada. Partimos de uma lista de categorias de conflito elaborada na discussão metodológica sobre conflitos ambientais e territoriais (2º Relatório Anual), mas incluímos outros tipos conforme apareciam nas respostas.

- Possui conflito?
- Quais categorias de conflitos são identificadas nesse território?

Organização comunitária

As perguntas sobre organização comunitária foram feitas de forma mais detalhada na análise das organizações comunitárias realizada em 2022, que ficou incompleta. Nesse questionário, trouxemos uma versão simplificada das questões, cujas respostas devem ser complementadas com o levantamento realizado em 2022 e com outras informações da base de dados do

monitoramento e avaliação do Projeto Redes (comunidades dos inscritos e cursistas do Maré de Saberes, composição das comissões de base e fichas descritivas das atividades).

- Possui associação comunitária?
- Quais?
- Quando foram criadas?
- Possui comissão de base?
- Possui inscritos no Maré de Saberes?
- Possui alunos do Maré de Saberes?
- Sediou alguma atividade do Projeto Redes?
- Pergunta-síntese: como caracteriza a comunidade em relação à organização comunitária?

Educação

A pesquisa sobre educação foi realizada separadamente, a partir da metodologia proposta no 2º Relatório Anual (2022). A pesquisa mais completa começou a ser realizada a partir do Meso RJ e seria complementada através dessas entrevistas. Por conta do excesso de perguntas no questionário, e pelo fato de ter ficado por último, as respostas

- Tem educação infantil (pré-escolar)?
- Se sim, qual o nome da Escola?
- Se sim, qual a quantidade de alunos?
- Tem 1o segmento EF?
- Se sim, qual o nome da Escola?
- Se sim, qual a quantidade de alunos?
- Tem 2o segmento EF?
- Se sim, qual o nome da Escola?
- Se sim, qual a quantidade de alunos?
- Tem ensino médio?
- Se sim, qual o nome da Escola?
- Se sim, qual a quantidade de alunos?
- Tem turmas de Educação de Jovens e Adultos?
- Se sim, qual o nome da Escola?
- Se sim, qual a quantidade de alunos?
- Tem transporte para escola de 1o segmento em outra localidade?

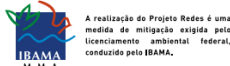
Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



Parceiros



- A escola disponibiliza transporte escolar marítimo?
- Tem transporte para escola de 2o segmento em outra localidade?
- Tem transporte para escola de ensino médio em outra localidade?
- A escola possui projeto/currículo de educação diferenciada?
- A escola tem atuação do Programa Escolas do Território?
- A escola possui PPP?
- Realiza formação continuada de professores?
- Há HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo - 1/3) garantida para formação continuada?
- Há monitores/mediadores/cuidadores para educação especial e inclusiva?
- A escola possui associação de pais e mães?
- A escola possui conselho escolar?
- Possui membro atuante no Coletivo de Educação Diferenciada?
- A escola possui infraestrutura de salas adequada?
- Se não, o que falta? (biblioteca, laboratório, sala de aula, alojamento, água encanada/tratada, banheiros, quadra esportiva)
- A escola possui internet?
- Em relação ao centro da cidade, o acesso à escola se dá por barco ou transporte terrestre?
- A produção da agricultura familiar está na merenda escolar?
- A escola possui saneamento básico?
- Tem experiência de escola comunitária?
- Qual a principal demanda de educação da comunidade?

4. Conflitos ambientais e territoriais: estudos de caso a partir das fichas de conflito

Este capítulo busca mapear e categorizar os diferentes conflitos ambientais e territoriais existentes na região do Sul Fluminense e do Litoral Norte de São Paulo (municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela). Temos como principal objetivo a caracterização dos conflitos a partir de categorias e variáveis para possibilitar a compreensão de seus efeitos na reconfiguração da região e das comunidades, a partir das estratégias de apropriação, uso e significação do território dos sujeitos envolvidos.

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Parceiros



OBSERVATÓRIO
DE SAÚDE DA BOCAÍNA
SAÚDE DA BOCAÍNA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



No diagnóstico participativo do ano anterior, foram apresentadas as três ondas de conflito identificadas ao longo do tempo no recorte espacial. A primeira onda de conflito se caracteriza pela colonização europeia; a segunda onda se define pela instalação de empreendimentos a partir dos anos 1950 e a abertura da BR-101, e a terceira onda se caracteriza pelos impactos da exploração do petróleo e gás. Entende-se que essa região possui muitas similaridades como: a preservação ambiental; a presença de comunidades tradicionais e a instalação de empreendimentos turísticos, portuários e energéticos desde meados da década de 1950 e intensificados com a construção da BR-101. Além disso, são municípios impactados pela exploração do pré-sal, mais recentemente.

No relatório de 2022, fizemos um esforço para compreender o conceito de conflitos ambientais territoriais a partir das considerações de autores como Porto Gonçalves (2014), Ascelrad (2004), Monié (2016), Zhouki e Laschesfski (2010), entre outros. Refletimos também a dimensão coletiva dos conflitos a partir da perspectiva de Jean Nogué (2014); e a diferenciação entre conflito e impacto ambiental. Dessa forma, foi elaborada uma proposta metodológica para analisar conflitos ambientais e territoriais a partir de variáveis e de uma ficha descritiva de conflitos. Foi feita uma síntese com alguns mapeamentos já existentes e identificados alguns estudos de casos.

4.1 O tema dos conflitos na base de dados

Além da elaboração das fichas de conflito, foi aplicado um questionário com os educadores apoiadores e mobilizadores dos microterritórios para criar uma base de dados para a atualização do diagnóstico participativo. Uma das questões do questionário, a qual nos interessa, foi se as comunidades possuíam conflito, e se positiva a resposta, foi perguntado qual tipo de conflito ambiental ou territorial era apresentado pela comunidade específica. Nem todas as entrevistas chegaram a essa pergunta, mas no caso do Meso RJ tivemos um resultado bastante completo, com informações sobre 32 das 33 comunidades. O tratamento dos dados do Meso RJ pode servir como uma demonstração da potencialidade desse dado, a ser completado com as informações dos demais Mesoterritórios. No Gráfico 1 podemos observar o

peso das principais categorias de conflito que apareceram nas respostas dos educadores do Mesoterritório Rio de Janeiro.

Tabela 2: Categorias de conflito e número de comunidades do Meso RJ em que ocorrem

Categorias de conflito	Número de comunidades
Petróleo e Gás	13
Pesca x Unidade de Conservação	13
Pesca industrial	12
U.C. x Comunidade tradicional	10
Especulação imobiliária	9
Poder Municipal	9
Turismo	9
Saneamento	6
Grande Empreendimentos	5
Veraneio	3
Comércio	2
Marinha	2
Poluição	2
Exploração do Trabalho	1
Gestão da UERJ	1
Organização comunitária	1

Fonte: GT Pesquisa do Projeto Redes, 2023.

No Mesoterritório Rio de Janeiro, os conflitos mais citados foram os conflitos ambientais ligados à indústria de petróleo e gás e o conflito ambiental entre pescadores(as) Artesanais e unidades de conservação. Em seguida, o mais citado é o conflito Pesca Artesanal x Pesca Industrial e Unidades de Conservação x Comunidades Tradicionais; seguido de Turismo; Especulação Imobiliária e Conflito com Poder Municipal. Conflitos com Grandes Empreendimentos foram citados 5 vezes: referem-se aos conflitos com a Transpetro e o Aeroporto de Angra dos Reis no continente de Angra dos Reis e conflito com a Fábrica Kamomê na Ilha Grande. Destacamos ainda o conflito com a Marinha na Ilha da Marambaia e em Aventureiro.

Na Tabela 2, apresentamos a listagem das comunidades do Meso RJ com os conflitos principais citados na pesquisa para a base de dados. É um resultado parcial da pesquisa, que deve ser completado para incluir os conflitos

ambientais e territoriais vivenciados pelas 111 comunidades, nos três Mesoterritórios.

Tabela 3: Conflitos ambientais e territoriais vivenciados por comunidades do Mesoterritório Rio de Janeiro, Projeto Redes, 2023

Microterritórios	Comunidades	Conflitos citados
Angra/ Conceição (MT1)	Garatucaia	Pesca Industrial
		Turismo
		Comércio
	Conceição de Jacareí	Pesca Industrial
		Turismo
		Comércio
	Praia Vermelha	Pescadores e Unidades de Conservação (ESEC Tamoios)
		Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação (proibição de construir moradias)
	Vila Histórica	Pesca Industrial
		Pescadores e Unidades de Conservação (ESEC Tamoios)
		Turismo predatório
	Vila Velha	Pesca Industrial
		Turismo predatório
		Veranistas
		Parque da Cidade
		Saneamento
Angra/ Gipoia (MT2)	Praia do Recife	Saneamento (sumiço do marisco, despejo de esgoto de lavanderia no mar)
		Poder Municipal
		Serviços de transporte e iluminação
	Tararaca	Pesca Industrial
		Saneamento (sumiço do marisco, falta de gestão de saneamento na comunidade)
		Ampliação do Aeroporto
	Monsuaba	Pesca Industrial
		Saneamento (praia poluída, despejo de esgoto no mar)
	Ponta Leste	Pesca Industrial
		Conflito com a Transpetro (grande empreendimento da Petrobrás localizado na região da Ponta Leste)
	Maresia/ Ilha da Gipoia	Não relatou conflito
	Praia das Flechas/ Ilha da Gipoia	Conflito com o serviço de energia da Enel
		Turismo predatório
Ilha Grande Oeste (MT3)	Enseada de Palmas	Pesca Industrial
		Turismo predatório
		Comunidades Tradicionais X Unidade de Conservação (Parque Estadual da Ilha Grande)
		Petróleo e Gás (poluição sonora e visual)

Executante



Empreendedor

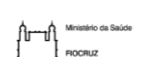


Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Parceiros



	Vila do Abraão	Pesca Industrial
		Turismo predatório
		Comunidades Tradicionais X Unidade de Conservação (Parque Estadual da Ilha Grande)
		Especulação Imobiliária
		Petróleo e Gás
		Exploração do Trabalho
	Vila de Dois Rios	Conflitos com a gestão da comunidade pela UERJ
		Pesca Industrial
	Enseada das Estrelas/ Saco do Céu	Comunidades Tradicionais X Unidade de Conservação (Parque Estadual da Ilha Grande)
		Especulação Imobiliária
Ilha Grande Leste (MT4)	Enseada das Estrelas/ Praia de Fora	Pesca Industrial
		Comunidades Tradicionais X Unidade de Conservação (Parque Estadual da Ilha Grande)
		Especulação Imobiliária
	Freguesia de Santana	Pesca Industrial
		Comunidades Tradicionais X Unidade de Conservação (Parque Estadual da Ilha Grande)
		Especulação Imobiliária
		Petróleo e Gás
	Japariz	Saneamento
		Comunidades Tradicionais X Unidade de Conservação (Parque Estadual da Ilha Grande)
		Especulação Imobiliária
		Petróleo e Gás
	Bananal	Pescadores e Unidades de Conservação (ESEC Tamoios)
		Especulação Imobiliária
		Petróleo e Gás (impactos sonoros, visuais, área de fundeio, embarcação de pescadores artesanais)
		Poluição
	Matariz	Pescadores e Unidades de Conservação (ESEC Tamoios)
		Especulação Imobiliária
		Petróleo e Gás (impactos sonoros, visuais, área de fundeio, embarcação de pescadores artesanais)
		Conflito com a Fábrica Kamomê
	Longa	Especulação Imobiliária
		Conflito territorial com a Globo
		Organização Comunitária
	Sítio Forte	Não foi respondido
	Parnaioca	Pescadores e Unidades de Conservação (ESEC Tamoios)
		Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação (Parque Estadual da Ilha Grande)
	Aventureiro	Especulação Imobiliária
		Turismo

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Parceiros



		Pescadores e Unidades de Conservação (ESEC Tamoios)
		Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação (Parque Estadual da Ilha Grande)
		Conflito com poder municipal
		Marinha
	Provetá	Pesca Industrial
		Regularização fundiária
	Praia Vermelha	Saneamento e uso da água
Mangaratiba (MT5)	Centro de Mangaratiba	Pescadores e Unidades de Conservação
		Petróleo e Gás
		Conflito com poder municipal
	Praia do Sahy	Pescadores e Unidades de Conservação
		Petróleo e Gás
		Conflito com poder municipal
	Muriqui	Pescadores e Unidades de Conservação
		Petróleo e Gás
		Conflito com poder municipal
	Ilha de Jaguanum	Pescadores e Unidades de Conservação
		Petróleo e Gás
		Conflito com poder municipal
	Quilombo da Marambaia	Pescadores e Unidades de Conservação
		Petróleo e Gás
		Conflito com poder municipal
		Marinha
	Ilha de Itacuruçá	Pescadores e Unidades de Conservação
		Petróleo e Gás
		Conflito com poder municipal

4.2 Identificando conflitos a partir do trabalho de base

Em 2023, demos início a essa proposta metodológica de pesquisa a partir do envolvimento de educadores, coordenadores e pesquisadores com o trabalho de campo e a finalização do primeiro curso da Rede de Formação Socioambiental, o Maré de Saberes.

Os dados obtidos com essa pesquisa são relacionados ao Mesoterritório Rio de Janeiro. Essa escolha se dá por dois motivos: maior comunicação com os educadores deste Mesoterritório com o GT Pesquisa, visto que foram os que tiveram mais disponibilidade para participar da aplicação do questionário; e, o fato de que parte das fichas de conflito foram elaboradas partindo da realidade do campo de uma das educadoras atuantes

no Meso RJ. Nesse sentido, estamos certos de que se trata de uma pesquisa parcial, que deve ser realizada ainda no Meso Inter e no Meso SP.

A ficha de conflito foi elaborada a partir do contato direto com o trabalho de base. São seis conflitos descritos: 1) o uso da água em Angra dos Reis, relacionado ao saneamento básico do município; 2) o conflito da Associação de Moradores da Vila de Dois Rios (AMVDR) com a gestão da comunidade pela UERJ; 3) o conflito da comunidade do Retiro com a implementação do Parque da Cidade, uma Unidade de Conservação de proteção integral; 4) o conflito territorial da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia com a Marinha em Mangaratiba; 5) o conflito entre Unidades de Conservação e Pescadores/pescadoras artesanais da Praia Vermelha e Vila Histórica; e por último, 6) o conflito entre moradores e pescadores/pescadoras do Bananal e os impactos das indústrias do petróleo e gás na comunidade.

Os conflitos ambientais com a gestão do saneamento e com o Parque da Cidade foram retirados da atuação do Núcleo de Acompanhamento Dona Marilda, de Angra dos Reis, durante um ano do curso Maré de Saberes. Os dois conflitos ambientais foram escolhidos pelos cursistas (que representavam as comunidades de Vila Velha, Retiro, Quilombo do Bracuí, Vila Histórica de Mambucaba e Tararaca) para serem trabalhados durante o Tempo Comunidade.

A descrição do conflito da gestão da UERJ com a AMVDR na Ilha Grande teve como principal fonte de pesquisa a atuação dos educadores com as lideranças nas chamadas reuniões de comissões de base.

O conflito entre a Associação de Remanescentes Quilombolas da Ilha da Marambaia com a Marinha do Brasil teve sua descrição elaborada a partir de dados retirados de pesquisas bibliográficas no relatório da *Conflitos por Terra e Repressão no Campo na Costa Verde (1946-1988)*. No entanto, também foram acrescentados relatos das lideranças da comunidade que compõem a comissão de base.

Ainda, seguindo a proposta inicial, são apresentadas seis fichas de conflito¹ que descrevem com mais detalhes os conflitos usando como escala

¹ Parte das Fichas de Conflitos compõe a qualificação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, intitulada *Educação Ambiental à serviço dos Povos e Comunidades Tradicionais: conflitos*

de análise as comunidades, começando pelo Mesoterritório Rio de Janeiro, de onde temos mais informações. Como mencionado e explicado no relatório anterior, as variáveis das fichas de conflito foram inspiradas em fontes bibliográficas como: o Diagnóstico Participativo do PEA RJ de 2014; a tese de Ricardo Papu Monge (2019) e o relatório PactoMar da UNIFESP (2020).

Dessa forma, as fichas de conflitos são organizadas em 7 variáveis: a categoria de conflito (principal tema que caracteriza o conflito); a localidade (comunidades envolvidas); os atores (diferentes partes do conflito, considerando suas intenções e posições em relação ao território); cronologia (fatos relevantes sequenciados em uma linha do tempo que configura a duração e os momentos de destaque do conflito); mediações institucionais (instâncias do governo que intervêm ou são provocadas a se manifestar no conflito, ampliando o grau de conflitividade ou solucionando); estratégias e ações (como as diferentes partes buscaram atingir seus objetivos? Qual o repertório de lutas e práticas sociais ativadas pelo conflito?); e por último descreve-se a situação atual do conflito.

Ficha de Conflito 1: o caso do saneamento básico em Angra dos Reis

Categoria	Uso da Água/Saneamento
Localidade	Vila Velha, Vila Histórica, Tararaca, Praia do Retiro, Quilombo do Bracuí, Praia do Recife – MT1 e MT2 – Meso RJ
Atores	O conflito é entre o Coletivo Popular Contra à Privatização d'água (educadores, militantes ambientais, lideranças comunitárias, funcionários públicos) que busca um serviço de esgoto de qualidade, público, democrático e para toda a população, e a Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR) que possui interesses neoliberais ao conceder o Sistema de Saneamento Autônomo de Angra dos Reis (SAAE) a uma empresa privada.
Cronologia	Em 2002, por Lei Ordinária nº 1204, foi criado o Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis (SAAE) para assumir os serviços de sistema de água e de esgoto em todo o município. Seu principal objetivo é a prestação de serviços através da captação, tratamento e distribuição de água potável, assim como a melhoria das condições sanitárias de todo o município “solucionando de forma integrada as deficiências do abastecimento de água, drenagem e esgotamento sanitário” (Lei nº1204/02, p. 01). No entanto, segundo o Instituto de Água e Saneamento, apenas 55,14% da população de Angra dos Reis é atendida com

socioambientais e ações formativas com comunidades de Angra dos Reis-RJ, pela educadora apoiadora e membra do GT Pesquisa Carolina Franco Paixão.

	<p>esgotamento sanitário, frente a média de 71,29% do estado e 66,95% do país (2020), ou seja, o município encontra-se abaixo da média, o que explica o descontentamento das comunidades com a questão sanitária no município.</p> <p>Lideranças relatam a falta de saneamento nas comunidades, a principal causa da poluição das praias no município. Por volta do ano de 2016, o marisco (<i>Molusco bivavaldi</i>) começou a sumir no município. A mariscagem (pesca de marisco) era a principal atividade pesqueira de muitas comunidades da região. Praia do Recife, Praia do Retiro e Tararaca relataram ser impactadas em suas dimensões culturais e econômicas com o sumiço do marisco. Lideranças afirmam que a principal causa é a poluição do mar, causada sobretudo pela falta de saneamento nas comunidades.</p> <p>Em 2022, o Plano Municipal de Saneamento entra em processo de atualização pela Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Em novembro de 2022, em parceria com Grupo Myr Projetos Sustentáveis e a Comitê de Bacia Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG) ocorreu uma audiência pública que buscou apresentar as propostas de soluções colhidas em consulta pública a fim de somar na gestão pública e autônoma dos serviços de abastecimento de água e tratamento de água. Além disso, trata-se de uma das etapas finais para revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico de Angra dos Reis. Em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), um comunitário/cursista do Maré de Saberes da Praia do Retiro apresentou uma proposta de gestão comunitária dos serviços de água e esgoto. No entanto, a liderança não pode ter tempo para falar na Audiência Pública, pois foi ignorado na construção da programação, mesmo tendo sido mandado com antecedência por e-mail, como solicitado.</p> <p>Em abril de 2023, o SAAE corre o risco de ser gerenciado por uma empresa privada, através da abertura de um edital de concessão. O município recuou do ímpeto inicial e agora investe num cenário de reaver recursos. Neste mesmo momento, criou-se o Coletivo Popular em Defesa da Água em um encontro que reuniu lideranças comunitárias, funcionários públicos e representantes de movimentos sociais. O primeiro passo, em uma articulação com outros movimentos como a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ), foi acionar o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual, no entanto não tiveram nenhuma resposta até o momento.</p>
Mediações institucionais	<p>Projeto Redes: o tempo-comunidade do Maré de Saberes permitiu o aprofundamento do tema junto a lideranças comunitárias de Angra dos Reis a partir de momentos específicos como: reuniões de núcleo de acompanhamento com cursistas do Maré de Saberes, onde foi definido o saneamento básico como principal bandeira de luta; ações formativas sobre hidrologia e saneamento e partilha de saberes em saneamento ecológico na Baía da Ilha Grande. Uma importante ação formativa (Cineclube Cadê o Marisco?) integrou as comunidades impactadas pelo sumiço do marisco e possibilitou a troca de informações entre elas, e um debate rico acerca do tema, que envolveu representação do Instituto Chico Mendes (ICMBIO).</p> <p>Em agosto de 2023, houve reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBHBIG) bastante positiva para o Coletivo, em função das deliberações da moção de aplausos ao SAAE e a recomendação de paralisação do processo de privatização.</p>
Estratégias e ações	<p>Prefeitura de Angra dos Reis: abandono dos recursos hídricos; sucateamento do serviço público de esgoto; privatização do uso da água</p>

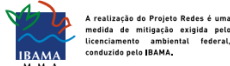
Executante



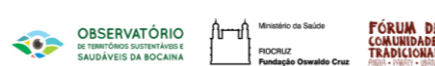
Empreendedor



Órgão Licenciador



Parceiros



	<p>em Angra dos Reis através do lançamento de um edital de concessão do SAAE.</p> <p>Movimento social: criação do Coletivo Popular contra a Privatização d'Água, acionamento do MPF e MPE logo no início; intervenção em reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG); panfletagem sobre a concessão do SAAE; estudo coletivo para conhecimento do edital de concessão, marco regulatório e o decreto municipal de saneamento.</p>
Situação atual	<p>Atualmente, o processo de concessão encontra-se adormecido. Muito provavelmente devido à movimentação da população contra a privatização. Apesar disso, o Coletivo considera necessário fortalecer a campanha para conseguir evitar a privatização. Em última reunião do Coletivo Popular em Defesa d'Água, foi discutido o encaminhamento da Campanha, definindo que será cobrada através de parceiros conselheiros as moções aprovadas no Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande; será refeito um documento base atualizado com o panorama atual do processo; e elaborado a partir deste um panfleto impresso, uma campanha virtual em cards, e uma nova petição judicial onde será procurado adesões de populares e de organizações parceiras.</p>

Ficha de Conflito 2 - O caso da Vila de Dois Rios e a gestão da comunidade pela UERJ

Categoria	Territorial/ Gestão do Uso do Solo
Localidade	Vila de Dois Rios – MT3 – Meso RJ
Atores	Associação de Moradores da Vila de Dois Rios denunciam o abandono da gestão da comunidade pelo Centro Ambiental de Desenvolvimento Sustentável (CEADS/UERJ). Além disso, a comunidade denuncia a expulsão de moradores das suas casas de forma truculenta pelo CEADS.
Cronologia	<p>A Vila de Dois Rios tem sua formação diretamente relacionada à história do presídio Cândido Mendes, criado em 1903 e demolido em 1994. Assim como a Vila do Abraão, a Vila de Dois Rios foi criada para acolher os trabalhadores do presídio, o que faz com que a maior parte da comunidade seja constituída por remanescentes de trabalhadores do presídio, que conta tanto com famílias nativas da Ilha Grande quanto de fora, mas que já moram na comunidade há muitos anos, com descendentes nascidos na Ilha.</p> <p>Após a demolição do presídio, o governo do estado do Rio de Janeiro assinou um Termo de Cessão de Uso com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), passando a gestão da Vila para o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS/UERJ). A universidade, no entanto, só chegou em 1994, deixando a comunidade sem assistência, o que fez com que muitos moradores fossem embora. As famílias que moram no local devem assinar um Termo de Permissão de Uso. Segundo a Associação de Moradores da Vila de Dois Rios (AMVDR), este termo é precário e insustentável para as famílias, pois precisa ser constantemente renovado e só pode ficar em nome de um titular que, ao falecer, faz com que a família perca o direito de morar no imóvel. Nesse sentido, a família do falecido é retirada do imóvel, muitas vezes de forma truculenta. Moradores relatam, ainda, que apesar de as casas serem da</p>

	<p>UERJ, ela não faz manutenção das moradias, tendo que os moradores mesmo fazerem, com seus próprios recursos. Além disso, a UERJ também não cumpre suas responsabilidades com a infraestrutura da Vila, o que gera problemas como: ausência de escola e posto de saúde; ausência de manutenção da estrada que liga a comunidade à Vila do Abraão; oferta de transporte precário, com vagas, dias e horários limitados; energia elétrica e internet também precários; entre outros. Vale destacar que a estrada mencionada é a principal via de acesso dos moradores à Vila do Abraão, onde os moradores conseguem ter acesso a escola, posto de saúde e comércio em geral. No entanto, sem a oferta adequada de transporte, os moradores ficam com sérias dificuldades de acessar esses serviços.</p>
Mediações institucionais	<p>Projeto Redes realizou uma importante ação formativa que buscou reunir, o Fórum de Comunidades Tradicionais, lideranças comunitárias da Associação da Ilha Grande e da Associação do Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQUIMAR) para discutir o conflito com o CEADS/UERJ e debater estratégias de resistência: fortalecer a cultura caiçara por meio de ações formativas em turismo de base comunitária, e formação da comunidade para possibilitar a reinstalação de cerco de pesca e realização da árvore genealógica da comunidade.</p> <p>O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) escreveu e enviou ofício para UNESCO por meio de assessoria jurídica, após reunião na comunidade em articulação com o Projeto Redes.</p> <p>O vereador Dudu do Turismo, abriu Audiência Pública intitulada "Contraproposta de Desapropriação de Residências e Despejo de Moradores" na Câmara Municipal para ouvir os moradores e debater estratégias para solucionar o conflito. Estavam presentes na banca o Dudu do Turismo, quem promoveu a audiência, o vereador Branco, o presidente da TurisAngra com interesse de fortalecer o turismo em Dois Rios, e um representante da deputada estadual Célia Jordão (esposa do prefeito), por acaso nascido na Vila de Dois Rios. Nessa audiência, propôs articulação com a Câmara Estadual e com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro para que as comunidades consigam o direito hereditário das casas. Além disso, garante que o processo chegará ao ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro. Dudu do Turismo diz já ter feito denúncia ao Ministério Público, onde estão sendo cobradas contrapartidas da UERJ. Menciona que 5 requerimentos já foram aprovados na Câmara e serão unidos com o relatório da Audiência Pública e enviados ao Ministério Público.</p>
Estratégias e ações	<p>A Associação de Moradores da Vila de Dois Rios (AMVDR) relata que há proibição da prática de turismo na comunidade pelos moradores, dificultando ainda mais a autonomia e a geração de renda das famílias, que acabam tendo como oferta de trabalho somente aqueles oferecidos pela UERJ. Eles destacam que a Vila é a segunda praia mais visitada da Ilha Grande e que possui um grande potencial turístico que poderia ser revertido para a comunidade, que tem interesse em desenvolver o Turismo de Base Comunitária (TBC).</p> <p>Diante desse cenário, os moradores entendem que há um projeto de expulsão dos moradores da Vila de Dois Rios que vem sendo executado há muitos anos, pois toda a violação de direitos acima inviabiliza a permanência deles na comunidade. O CEADS/UERJ ignorou o chamado para a Audiência Pública pelo Ministério Público, não comparecendo no local na data solicitada, nem enviando nenhum representante para responder, e nem justificando sua falta. O diretor da instituição não reconhece a legitimidade da AMVDR; e não considera a comunidade como remanescentes de caiçaras. Em contrapartida, a Associação de Moradores busca o diálogo com as instâncias superiores da UERJ, faz o uso de mídias sociais para dar visibilidade, articulação com figuras políticas, participação</p>

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Parceiros



OBSERVATÓRIO
DE SAÚDE DA BOCAÍNA
SAÚDE DA BOCAÍNA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



	no Projeto Redes para fortalecimento da cultura caiçara na comunidade, articulação com a assessoria jurídica e coordenação do Fórum de Comunidades Tradicionais.
Situação atual	Atualmente, a comunidade por meio do presidente e vice-presidente da AMVDR está em um processo de negociação com a reitora da UERJ, Claudia Gonçalves mediada por Célia Jordão (deputada estadual do Rio de Janeiro) e Dudu do Turismo (vereador de Angra dos Reis) que busca a alteração do Termo de Cessão de Uso para que a comunidade alcance o uso hereditário das casas (sem direito à venda) e possa promover atividades turísticas no local para fortalecer a renda das famílias.

Ficha de Conflito 3: o caso do Quilombo da Marambaia e a Marinha do Brasil

Categoria	Fundiário/Territorial
Localidade	Ilha da Marambaia – MT 5 – Meso RJ
Atores	Associação de Remanescentes Quilombolas da Ilha da Marambaia (ARQUIMAR) X Marinha do Brasil (ocupa o território quilombola desde a década de 1970 e os impede de exercer sua territorialidade).
Cronologia	<p>A Marinha adquire o terreno em 1906, mas apenas em 1970 passa a usar o terreno para área de treinamento de fuzileiros navais. Ao chegar na década de 1970 no local onde se inseria a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia há quase 200 anos, a Marinha do Brasil passou a ter como sua propriedade não os imóveis da Marambaia, mas também as praias, as nascentes de água, as florestas, a fauna, da flora e, até mesmo, as pessoas e a história dessa ilha.</p> <p>“As ruínas da antiga senzala de escravos, por exemplo, foram adaptadas de modo que servisse como hotel aos visitantes da Ilha, especialmente àqueles convidados por membros de postos hierárquicos superiores” (p. 299).</p> <p>Na década de 1990, a Marinha do Brasil entra com uma ação judicial contra a comunidade para expulsá-los das terras da Ilha da Marambaia.</p> <p>A Associação de Remanescentes de Quilombolas da ilha da Marambaia - ARQUIMAR é criada em 2003 e eles começam a agir de “forma mais organizada e coesa.”</p> <p>Em 2014, a Marinha e ARQUIMAR assinam um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) após dois anos de negociação mediadas pelo Ministério Público. O TAC define a titulação das terras da Ilha da Marambaia em Mangaratiba e garante a preservação na área da cultura quilombola e do meio ambiente frente às atividades da Marinha.</p>
Mediações institucionais	<p>Na década de 1990, a comunidade recebeu apoio das Associações de comunidades como o Quilombo do Campinho e comunidade de Santana e de pessoas recém-formadas de Universidades.</p> <p>O TAC, mediado pelo Ministério Público, realizado entre a ARQUIMAR e a Marinha foi importante, mas lideranças afirmam que no sufoco renunciaram a alguns direitos fundamentais, como transporte e geração de renda. As lideranças mencionam que “é preciso ter cuidado no momento de realização dos Termos de Conduta” e sobretudo com as parcerias “porque o outro lado sempre está tentando ocupar o nosso território”.</p>
Estratégias e ações	“Os moradores e seus familiares passaram a ser cadastrados e monitorados anualmente e, os que precisaram deixar a ilha por motivo de

	<p>estudo, trabalho ou casamento receberam um cartão de “visitante permanente”, que ao longo do tempo foi extinto. Desde então, para entrar na Marambaia, precisariam solicitar autorização antecipada do Comando Militar” (p. 299)</p> <p>Casas de pau à pique foram destruídas aos tiros por militares, que alegavam serem habitações impróprias. A retirada do direito de moradia foi a principal estratégia para a expulsão dos quilombolas do local.</p> <p>Há registrados conflitos entre quilombolas que foram trabalhar na Marinha e não tiveram seus direitos concedidos relacionados à aposentadoria e ao acesso à saúde na Ilha. Alguns casos, como o de Hermenegildo, que buscou à justiça os seus direitos, teve seus direitos de ir e vir e de receber visitas tomados, e foi perseguido até que saísse de vez da Ilha.</p> <p>A Associação da comunidade foi criada para enfrentar o conflito e defender o território. Lideranças falam da importância de fortalecer a cultura e da autoafirmação. A Marinha não os reconhecia como comunidade quilombola, desejava que eles se nomeassem como comunidade pesqueira, comunidade negra ou caiçara, mas que eles não desistiram dessa afirmação.</p> <p>Também são relatados sofrimento pela comunidade pelo conflito armado, impedimento de circulação e barreiras no transporte controlado pela Marinha.</p>
Situação atual	<p>O conflito na Ilha da Marambaia que começou em meados de 1970, continua até os dias atuais, entre a Marinha do Brasil e o quilombo que já residia anteriormente à apropriação das terras para o treinamento militar. No local, diariamente, as terras simulam um campo de guerra para o treinamento de tiros da Marinha. Em contrapartida, o território da Ilha Marambaia, é para os quilombolas um lugar de vida, de pesca, de roça, de reprodução e de expressão cultural, como as festas típicas. Mas com a ocupação militar, a paisagem da Ilha foi se modificando e afetando os modos de vida quilombola. Atualmente, a manutenção das roças, por exemplo, é inviável. Apesar da Associação de Moradores do Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQUIMAR) ter se fortalecido bastante frente à luta territorial que enfrentam, ainda há relatos de que os quilombolas são oprimidos de várias formas atualmente por exemplo, restringem o uso da cachoeira pelos quilombolas a partir das 15:00. E ainda, há relatos que as meninas quilombolas são abusadas sexualmente por militares.</p>

Ficha de Conflito 4: o caso do Parque da Cidade em Angra dos Reis

Categoria	Unidades de Conservação X Comunidades Tradicionais
Localidade	Praia do Retiro, Praia da Vila Velha, Tararaca – MT 1 e 2 – Meso RJ
Atores	Parque da Cidade (Unidade de Conservação municipal de Proteção Integral) X Associação de Moradores da Praia do Retiro
Cronologia	<p>Criado pelo Decreto nº 10.760 de 26 de dezembro de 2017 Parque da Cidade abrange as terras altas de toda a elevação que domina o Centro de Angra dos Reis com seu limite correndo sobre os morros da Carioca, Sto Antonio, Cx Dágua, Carmo, Peres, Glória, e da Cruz, seguindo por cima do Encruzo, Enseada, Retiro, Ribeira, Vila Velha, Praia Grande, Bonfim e Colégio Naval.</p> <p>Foi apresentado para a população em março de 2019, no Teatro Municipal. Em abril do mesmo ano, ocorreram oficinas participativas com a comunidade em escolas municipais. Em dezembro deste mesmo ano, ocorreu a Audiência Pública para debater o plano de manejo.</p>

	Em setembro de 2021, foi anunciada a concessão do Parque da Cidade para a iniciativa privada por um período de 35 anos. Logo após, no mesmo mês, ocorreu uma Audiência Pública para debater o projeto da concessão. Em 2022, iniciam as obras do Parque da Cidade. Em setembro de 2022, ocorre um acidente causado pela obra (uma pedra atinge um carro). Em 2023, as chuvas de verão provocam deslizamentos da lama exposta causada pelas obras do Parque da Cidade que atinge casas de moradores na comunidade da Tararaca.
Mediações institucionais	A comunidade se organiza com as outras lideranças de comunidades como Vila Velha e Tararaca para construir um documento para ser protocolado via Ministério Público. A comunidade do Retiro tem buscado agendar reuniões com outras comunidades e levar este debate para dentro da Universidade Federal Fluminense (UFF), que possui um <i>campus</i> nesse bairro.
Estratégias e ações	A associação da Praia do Retiro aponta que: 1) o processo de implementação do Parque da Cidade não cumpriu os critérios e normas estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação; 2) a comunidade não foi devidamente consultada e comunicada dos processos de implementação do parque, como determina a Convenção 169 da OIT; 3) as metodologias utilizadas nos poucos espaços de escuta e participação comunitária não foram eficientes; 4) há pouca representação de moradores no Conselho (são apenas duas cadeiras para associação de moradores, hoje ocupadas por Vila Nova/Tararaca e Morro do Peres). Nesse sentido, a comunidade do Retiro faz uma série de reivindicações para o Parque da Cidade como: mais estudo para as obras de implementação para segurança da comunidade; maior transparência; apresentação do licenciamento de obras; gratuidade para moradores e moradoras; Turismo de Base Comunitária; e mais audiências públicas e espaços participativos.
Situação atual	As reivindicações feitas pela comunidade da Praia do Retiro no final de 2022 ainda não foram atendidas.

Ficha de Conflito 5 - Unidades de Conservação e Pescadores/Pescadoras Artesanais: o caso da ESEC Tamoios

Categoria	Unidades de Conservação X Pescadores Artesanais
Localidade	Praia Vermelha, Vila Histórica (MT1-MESOTERRITÓRIO RIO)
Atores	Comunidades de Pescadores Artesanais X Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios/ ICMBIO)
Cronologia	<p>A Unidade de Conservação de Proteção Integral foi criada pelo Decreto Federal 98.864 de 23 de janeiro de 1990. A partir de então, fica definido que áreas de exclusão de pesca até 1000 metros ao largo ou redor das ilhas: Sandri, Samambaia, Tucum, Tucum de Dentro, Sabacu, Pingo d'Água, Búzios, Búzios Pequena, Araçatiba de Fora, Araçatiba de Dentro, Catimbau, Imboassica, Queimada Grande, Queimada Pequena, Zatim, Ganchos, Araraquarinha, Algodão, Comprida (Tarituba), Araraquara, Jurubaíba, Palmas e Ilha das Cobras, Ilhote Pequeno, Ilhote Grande, Laje do Cesto, Laje Pedra Pelada, laje existente entre a Ilha das Cobras e Ilha dos Búzios Pequena e Rochedo de São Pedro.</p> <p>A criação dessa Unidade de Conservação foi para compensar os impactos negativos da Usina Nuclear e monitorar seus possíveis impactos. No entanto, acabou por prejudicar pescadores artesanais.</p>

Mediações institucionais	O Projeto Redes tem contribuído na mediação do conflito ao realizar reuniões de comissão com pescadores artesanais da Praia Vermelha e Vila Histórica (as mais prejudicadas nas áreas de exclusão da pesca) para discutir e debater demandas e propostas a serem incluídas na atualização do Plano de Manejo da Esec Tamoios. Além disso, a equipe propõe estabelecer uma agenda junto ao ICMBIO para tratar das demandas de pescadores artesanais, proporcionando uma aproximação entre os dois grupos em conflito.
Estratégias e ações	Pescadores são prejudicados pelas Áreas de Exclusão de Pesca, que só podem ser habitadas para pesquisa e monitoramento. Muitos pescadores relatam fiscalizações excessivas e têm sofrido multas. Relatam que já tiveram seus materiais de pesca apreendidos e já passaram por abordagens truculentas. A grande questão é que são áreas que já eram usadas para a pesca artesanal antes. Junta-se a isso os impactos da pesca industrial e a diminuição do pescado. Em 2023, o ICMBIO, órgão gestor da ESEC Tamoios, está revisando o Plano de Manejo da Unidade de Conservação em questão. Nesse sentido, a instituição promoveu uma reunião com as comunidades do entorno em sua sede para serem debatidas propostas a serem incluídas na atualização do Plano de Manejo. Como encaminhamento, em relação ao conflito, o ICMBIO propôs reuniões nas comunidades que pleiteia, os Termos de Compromisso e/ou possuem conflito diretos com o zoneamento da U.C.
Situação Atual	Em reunião para ouvir demandas dos pescadores para contribuir ao novo Plano de Manejo, na sede da Associação de Moradores da Vila Histórica, analistas do ICMBIO lembraram o contexto da U.C. e explicaram a importância de se ter áreas de exclusão de pesca. Foi um momento em que pescadores artesanais puderam expressar suas demandas e frustrações quanto à U.C. devido à diminuição da atividade pesqueira em comunidades que tinham como fonte de renda a pesca artesanal. Isso ocorre devido ao receio de pescadores quanto à fiscalização, fazendo-os procurar outras atividades econômicas. Dessa forma, temem que a profissão acabe na região por conta das áreas de exclusão de pesca. A reunião proporcionou um diálogo sincero e respeitoso, com muita escuta sensível às demandas colocadas pelos presentes. Os pescadores compreendem a importância da unidade de conservação para a renovação dos estoques pesqueiros, mas querem também exercer o direito de pescar onde tradicionalmente as comunidades sempre pescaram. Infelizmente a maior área de exclusão fica dentro das duas comunidades, por isso os conflitos são gritantes, os pescadores ficaram sem opção para pescar, visto que muitos possuem embarcações sem motor e não podem se locomover para fora da área da unidade de conservação. Ficou uma grande expectativa de que a renovação do documento norteador da U.C. (plano de manejo) atenda as demandas dos pescadores artesanais, visto que existe a possibilidade de ser criado um plano da pesca caíçara dentro da unidade de conservação

Ficha de Conflito 6: os impactos do Petróleo e Gás na comunidade do Bananal, Ilha Grande

Categoria	Pescadores Artesanais X Petróleo e Gás
Localidade	Praia do Bananal – MT 4 – Ilha Grande Leste – Meso RJ
Atores	Associação de Barqueiros e Pescadores do Bananal X Atividades de empresas petrolíferas (ex. Transpetro)

Cronologia	Na comunidade Praia do Bananal, atualmente está situada uma área de fundeio de navios plataforma, rebocadores e barcos de apoio que prestam serviços a esses navios. Trata-se de um lugar pré-estabelecido e regulamentado por autoridade marítima onde embarcações podem lançar âncoras.
Mediações institucionais	O tema tem sido debatido por uma das cursistas do Maré de Saberes do Núcleo da Ilha Grande em seu Tempo-Comunidade. A cursista também é presidente da associação e tem movimentado a comunidade com o tema em questão.
Estratégias e ações	A área de fundeio no território e marítório tradicional tem causado extrema insatisfação de moradores que relatam impactar o sinal telefônico, a pesca no dito marítório, além dos impactos sonoros, visuais e psicológicos na comunidade. Pescadores artesanais do Bananal vêm denunciando que a área de demarcação dessa área de fundeio tem aumentado e tomado ainda mais parcelas do marítório do Bananal. Além disso, falam sobre trabalhadores que acabam frequentando o lugar e desrespeitam a população, principalmente mulheres.
Situação atual	Tem aumentado o fluxo de <i>navios plataforma</i> , rebocadores e barcos de apoio que prestam serviço para esses navios. A população tem ficado cada vez mais consciente, ou seja, tem cada vez mais percebido esses impactos que já ocorrem há algum tempo, desde o início da exploração petrolífera na região. A associação tem feito debates sobre essa situação, buscando refletir sobre os riscos e caminhos que podem ser tomados junto aos órgãos fiscalizadores. Além disso, refletem como funciona essas áreas de fundeio e como é liberado para esses navios ficarem lá, se existe um Relatório de Impactos Ambientais, se a população deve ser consultada etc.

5. Desastres ambientais, tragédias-crime e gestão de riscos no litoral sul do Rio de Janeiro e no litoral norte de São Paulo

Os anos recentes foram marcados por desastres climáticos que afetaram comunidades tradicionais nos três Mesoterritórios de atuação do Projeto Redes. Em fevereiro de 2023, ocorreu uma das maiores tragédias da história de São Sebastião-SP. Uma das localidades mais atingidas foram as comunidades da costa sul, especialmente na Barra do Sahy. Em decorrência de deslizamentos e enchentes, 64 pessoas morreram. Em abril de 2022, na comunidade de Ponta Negra, em Paraty-RJ, 7 casas foram destruídas em decorrência de um deslizamento e ocorreram 7 óbitos de uma mesma família e mais 4 feridos, após um acumulado de 300mm de chuva. No mesmo evento, em Monsuaba, Angra dos Reis-RJ, após um acumulado expressivo de cerca de 730 mm de chuva (Estação Monsuaba, 2022) em 72 horas, 14 casas foram soterradas, 87 ficaram desalojadas e 11 pessoas morreram. Na Ilha Grande, especialmente as comunidades de Praia de Itaguaçu, Araçatiba, Praia

Vermelha, Provetá, Aventureiro e Vila do Abraão foram afetadas com deslizamentos de terra. Segundo informações da Defesa Civil Municipal, foram registrados 592 mm de chuva na Ilha Grande, acarretando 3 óbitos em Itaguaçu, 4 famílias perderam suas casas em Aventureiro e 5 casas foram interditadas.

Se muitas vezes esses acontecimentos recorrentes ao longo do Litoral Sul Fluminense e Norte Paulista aparecem no noticiário como desastre ou catástrofe natural, os atingidos encontraram uma expressão mais contundente, que expressa as condições sociais e políticas em que esses eventos ocorrem: *tragédia-crime*. A combinação entre processos de segregação socioespacial e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos coloca grandes parcelas da população em situações de risco que não são nem aleatórias nem imprevisíveis. Daí que a tragédia anunciada se torna um crime ambiental e social, quando a pressão imobiliária e a omissão do poder público empurram a população para áreas de risco.

Uma verdade comum às nossas cidades se mostrou ali evidente: nossa arquitetura e urbanismo têm a cara da profunda desigualdade social tal como se conforma territorialmente, em sua geograficidade. O preço (a renda) da terra, animado por uma ativa especulação fundiária-imobiliária, dá conta das casas que desabam e das que permanecem sem maiores consequências, pois empurram os mais pobres para as áreas mais inseguras e íngremes, ironicamente as áreas topograficamente mais altas, em benefício da ocupação das áreas mais seguras pelos grupos-classes sociais do “andar de cima” que, ironicamente ocupam as áreas mais baixas e planas (Porto Gonçalves; Lopes Jr, 2023).

Com a intensificação dos períodos de instabilidades, os danos e prejuízos gerados pelos desastres impulsionados pelos eventos de chuvas, têm se tornado cada vez mais recorrentes. Ao longo dos anos, as chuvas mais acentuadas têm ganhado frequência, ocasionando desastres de magnitudes diversas. Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo estão entre os 10 estados brasileiros que mais tiveram mortes por deslizamentos no período de 1988 a 2022. Além disso, o município de Angra dos Reis é um dos 10 municípios do Brasil que mais apresentaram mortes por esse tipo de problema durante o mesmo período (Macedo e Sandre, 2022).

Ainda que os movimentos gravitacionais de massa se encontrem relacionados à evolução e dinâmica da paisagem nas regiões montanhosas, sendo representados pela movimentação de solo e/ou rocha pelo efeito da força da gravidade (Dias e Herrmann, 2002), os motivos pelos quais esses fenômenos ocorrem estão ligados tanto aos aspectos físicos quanto às modificações que levaram a suscetibilidade da encosta. Por mais que esses processos estejam associados ao padrão evolutivo da paisagem, os desastres gerados são eminentemente sociais.

Tratar sobre a exposição da população aos riscos de desastres é falar de um processo longo de vulnerabilização socialmente produzida, onde as práticas que vêm sendo tomadas, cooperam para vulnerabilizar grupos sociais (Acsehrad, 2006). Em concordância, Valencio (2013) aponta que o desastre é resultado de sistemas de ações e objetos que estão intrínsecos na organização territorial e que os desastres em si não ocorrem no momento dos prejuízos, mas no momento da exposição dos vulnerabilizados, que evidenciam uma fragilidade no sistema social, logo, podem ser entendidos como um processo sócio-histórico, subsequente das injustiças sociais e dos diferentes tipos de segregação e das informalidades urbana que produzem uma urbanização desigual e concentrada. Ou, como indica Leal *et al.*, “pode-se entender então que a estrutura social cria as condições de vulnerabilidade, expondo parcela da população às ameaças, gerando desastres” (2022).

Para Coelho Netto *et al.* (2022), é urgente a avaliação dos riscos somada à compreensão de como ao longo do tempo ele tem se comportado. Entretanto, para uma avaliação mais efetiva é necessário entendermos que eles não ocorrem de forma isolada.

Se cada risco, isolado, tem maior potencial de gerar desastres quanto mais vulneráveis são as pessoas, comunidades e territórios onde ocorre, múltiplos riscos concomitantes, sequenciais e acumulativos tendem a se combinar sobre os mesmos territórios e grupos populacionais, gerando impactos ainda mais severos sobre as populações que representam maiores vulnerabilidades aos diferentes tipos de risco. Portanto, é fundamental na perspectiva multiriscos de gestão, considerar essa uma questão central, buscando reduzir a vulnerabilidade aos diferentes riscos de forma articulada (pgs. 344-345).

Mattedi e Butzke (2001), concordam em dizer que eles não estão concentrados no tempo e no espaço e por isso não podem ser entendidos como eventos pontuais e sim como uma construção social. Assim, esses eventos são um reflexo de como todos esses processos citados produzem cidades desiguais e expostas a diferentes tipos de ameaças.

A magnitude dos movimentos de massa e das inundações é significativa, tanto do ponto de vista da extensão do processo físico, quanto do potencial de danos e perdas. Além de nos faltar políticas públicas habitacionais que promovam uma qualidade no direito à moradia, nos faltam também políticas públicas que atendam as necessidades pós desastres a famílias que foram atingidas de alguma forma.

A falta de atendimento nas diferentes interfaces dos desastres expressa características de como os direitos territoriais são cada vez mais negligenciados, além da carência de entendimento de que os desastres possuem multiriscos, sendo riscos cumulativos e sequenciais (Coelho Netto *et al.*, 2022). Para mais, “a perspectiva de multiriscos não pode deixar de considerar os contextos de vulnerabilidade aos quais os diferentes territórios são submetidos” (p.344). Se houvesse compreensão acerca dos desastres a partir desses horizontes citados, a gestão de riscos e desastres seriam afetivas, pois iriam dialogar com as diferentes demandas existentes nas cidades.

5.1 Os casos de Angra dos Reis-RJ e São Sebastião-SP

Os eventos de chuva em Angra dos Reis refletem bem como historicamente o município convive com os danos que são a concretização dos riscos e ameaças. Em 9 de dezembro de 2002, após 275 mm chuvas no município de Angra dos Reis, a falta de preparo para os deslizamentos ocorridos, culminou em perdas de diferentes naturezas, em termos de mortes, interdições e desabrigados, totalizando 40 vítimas fatais, mais de 100 feridos, 2.500 pessoas desabrigadas e interdição de 600 residências (POCIDONIO e SILVA, 2010). Já no dia primeiro de janeiro de 2010 após o acumulado de 440 mm de chuvas, com ocorrências de deslizamentos na Praia do Bananal, na

Ilha Grande e no Morro da Carioca, resultou em 52 mortes, 2.284 pessoas ficaram desalojadas e 652 desabrigadas (ANGRA DOS REIS, 2010).

Nas Figuras 1 e 2, podemos observar a diferença da área afetada pelo deslizamento na Monsuaba, em Angra dos Reis-RJ, em dois momentos: logo após o evento de desastre e depois com a obra de contenção em curso. Apesar da importância de medidas estruturais, como uma obra de contenção para trazer estabilidade para a encosta, o modo de construção desse tipo de obra produz uma desapropriação das comunidades em seus territórios muito intensa. Muitas casas foram destruídas e tantas outras desocupadas e interditadas, ocasionando o impacto da desterritorialização das comunidades. São grandes os gastos para obras estruturais de contenção de encostas. Mas as assimetrias sociais que são as causadoras de injustiças não parecem ser eliminadas com esse tipo de trabalho. Portanto, é fundamental considerar além de medidas pontuais de obras de contenção, as mudanças na gestão do território e nas condições de moradia para que se promova uma gestão efetiva dos riscos de desastres.

Figuras 1 e 2: Deslizamento em Monsuaba, Angra dos Reis-RJ, e início das obras (2022-2023)



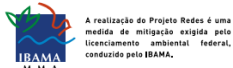
Executante



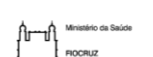
Empreendedor



Órgão Licenciador



Parceiros



Fonte: Arquivo pessoal - Pamella Oliveira

Já em São Sebastião, após três meses de tragédia-crime, moradores atingidos pelos desastres nas comunidades de Barra do Sahy, Boiçucanga e Juquehy, reunidos através das organizações do Comitê União dos Atingidos e do Coletivo Pé de Barro, realizaram um ato público (Figura 3) com a finalidade de lutar pelos seus direitos territoriais, contribuir para a visibilidade da articulação das organizações comunitárias dos atingidos e apresentar as demandas da população gravemente afetada. É uma demonstração da capacidade de mobilização popular para fazer frente à falta de políticas públicas voltadas para as populações atingidas.

Figura 3: Manifestação de denúncia da tragédia-crime em São Sebastião-SP



Fonte: Acervo do Projeto Redes.

Figura 4: Vila do Sahy após desastres de fevereiro de 2023



Fonte: Fábio Tito/G1 Disponível em <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/03/19/temporal-devastador-no-litoral-norte-de-sp-completa-um-mes-confira-um-resumo-da-tragedia.ghtml>

No caso de São Sebastião, o movimento atual é uma resposta a um problema que é recorrente, tendo chegado ao extremo em 2023 por conta da grande quantidade de óbitos. Mas não muito longe, em maio de 2019, as comunidades de Maresias, Paúba, Barequeçaba, Itatinga, Topolândia, Centro, Porto Grande, Pontal da Cruz, Portal da Olaria, São Francisco, Enseada e Canto do Mar, tiveram 124 desabrigados e 27 desalojados após um acumulado de 264 mm de chuvas que provocou alagamentos e deslizamentos (Defesa Civil de São Sebastião, 2019).

5.2 Participação popular na gestão de riscos e desastres

Importante pensar modelos de gestão de riscos que sejam articulados com as comunidades locais. Na temática dos desastres, os planos de enfrentamento, mapas de riscos, suscetibilidade e planos de contingenciamento são criados e alimentados por profissionais da área e são produzidos de cima para baixo, além de serem poucos territorializados, isto é, materiais feitos sem escala de detalhe. Para o entendimento efetivo de uma

dinâmica territorial, é necessária uma análise em escala local, para que sejam pensadas as necessidades específicas de cada localidade, entendendo que cada comunidade possui uma demanda diferente.

Pensar em medidas de gestão de riscos em escalas municipais é ignorar indicadores locais que indicam especificidades territoriais. Além disso, os modelos de gestão precisam ser articulados com as comunidades que residem nessas áreas. Assim, se faz necessário um desenho de políticas públicas participativas, ligadas ao protagonismo da população. As comunidades precisam não só enxergar as estratégias produzidas, mas participar das tomadas de decisão.

Klimes *et al.*, (2019) fundamentam esse entendimento quando destacam a importância da participação da comunidade local no desenvolvimento de planos de gestão de risco de deslizamentos e como isso pode ajudar a garantir que os planos elaborados sejam adequados às necessidades das comunidades locais, além de ajudar a aumentar o engajamento público com questões de segurança e prevenção de desastres, podendo levar a uma maior conscientização sobre os riscos de deslizamentos e a uma maior motivação para agir em relação aos riscos associados. No fim, é de extrema importância que a realização e continuidade desse tipo de trabalho seja elaborada de forma horizontal, garantindo uma participação do conhecimento local, provendo um diálogo efetivo com as comunidades e que a partir disso, possam ser construídos caminhos coletivos.

Após a tragédia já citada neste capítulo, ocorrido em abril de 2022 em Monsuaba, Angra dos Reis (RJ), iniciou-se um diálogo extenso para a construção de um plano comunitário de enfrentamento de desastres. Planos de enfrentamento de base comunitária, possuem a finalidade de serem modelos de gestão territorializados e centrados nas comunidades. Seus objetivos são o de construir um modelo de trabalho horizontal, através da ecologia de saberes (Santos, 2007) e tecnologias sociais. A construção de modelos participativos é um importante caminho para a adesão comunitária nas tomadas de decisão, assim como é instrumento de lutas por melhorias em seus territórios.

Apesar da importância da dimensão coletiva na construção de planos de gestão de riscos, inventários de cicatrizes de deslizamentos, mapas de riscos e suscetibilidades, Freitas e Coelho Netto (2022) apontam que há carência no Brasil e no mundo de modelos de governança territorializados. O olhar das comunidades sobre a dinâmica territorial, a natureza dos problemas e as soluções possíveis precisam andar junto como os profissionais que trabalham nessa temática.

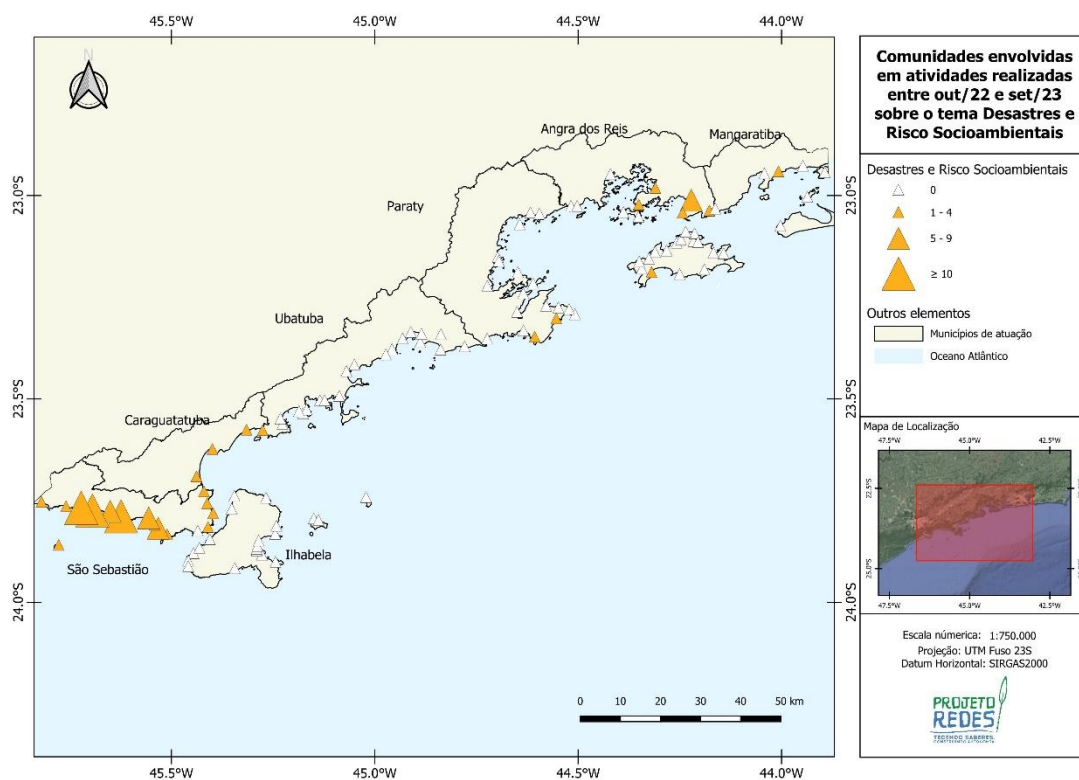
Pensando nisso, o plano de enfrentamento comunitário desenvolvido na Monsuaba possui essa finalidade. O apontamento dos comunitários sobre as principais ameaças na comunidade, as áreas com maior criticidade, vulnerabilidade e exposição, rotas de fuga em momentos de emergência, fazem parte do arranjo do trabalho em curso. No fim, espera-se a contínua produção e alimentação de meios coletivos para uma gestão e redução dos desastres.

O Plano Participativo de Enfrentamento de Riscos de Desastres de Monsuaba é uma iniciativa surgida após os desastres de 2022, que tem sido promovida pelo OTSS, com recursos próprios, em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes-Fiocruz) e o Programa de Pesquisa Translacional em Promoção da Saúde (Fio-PromoS).

5.3 Projeto Redes e ações territorializadas

As ações territorializadas do Projeto Redes vem promovendo um diálogo com as comunidades a partir dos problemas concretos enfrentados por elas. Através desses temas geradores, é possível fortalecer o trabalho de base nas comunidades e sua participação na gestão ambiental e territorial, articulando diferentes formas de conhecimento sobre a realidade vivida. Muitas comunidades situadas na área de abrangência do Projeto têm sofrido em decorrência de desastres, especialmente em 2022 e 2023. No Mapa 1 podemos observar a distribuição espacial e quantitativa das ações que dialogam com os desastres e riscos socioambientais.

Mapa 6: Atividades realizadas sobre o tema Desastres e Riscos Socioambientais no Projeto Redes (out/22 a set/23)



Fonte: Projeto Redes

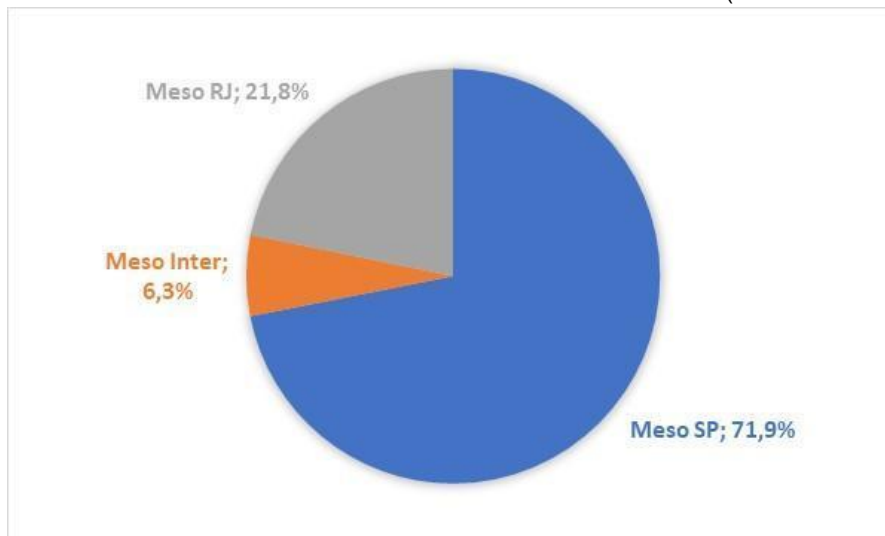
Os Gráficos 1 e 2 exemplificam o total de atividades desenvolvidas que tiveram a temática dos desastres em suas pautas, detalhadas por mesoterritório. Em consideração a isso, vemos que esse assunto tem sido bastante citado nas atividades desenvolvidas, tudo em virtude da frequente ocorrência de perdas e danos associados aos desastres.

Gráfico 1: Ações que envolveram a temática dos desastres no Projeto Redes (out/22 a set/23)



Fonte: Base de dados de monitoramento das atividades do Projeto Redes (2023)

Gráfico 2: Percentual de participação dos mesoterritórios nas atividades do Projeto Redes relacionadas ao tema de Desastres e Riscos Socioambientais (out/22 a set/23)



Fonte: Base de dados de monitoramento das atividades do Projeto Redes (2023)

Em abril de 2023, foi realizada uma oficina de comunicação popular para a produção de materiais audiovisuais sobre a tragédia-crime de São Sebastião. O foco dos registros foi o racismo ambiental, a especulação imobiliária e as ameaças aos territórios tradicionais. O tema da tragédia-crime e o racismo ambiental foram abordados também num dos módulos do curso do Maré de Saberes na turma de São Paulo.

Figuras 5 e 6: Oficina de comunicação popular realizada em abril de 2023 (Projeto Redes)



Fonte: OTSS (2023)

Sendo um dos principais temas geradores da comunidade de Monsuaba, o Projeto Redes promoveu uma Ação Formativa Comunitária sobre Gestão de Riscos, em setembro de 2023.

Figuras 7 e 8: Divulgação e realização da Ação Formativa sobre Gestão de Riscos na Monsuaba



Fonte: OTSS (2023)

Figuras 9 e 10: Início dos diálogos para a construção do plano comunitário de Monsuaba (julho/23)



Fonte: OTSS (2023)

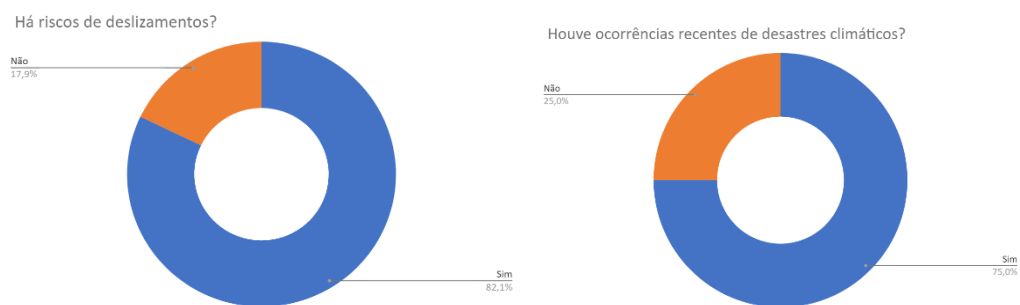
5.4 Levantamento para base de dados

Por conta da importância do tema de desastres e riscos ambientais em toda a região, o GT Pesquisa incluiu esse tema na atualização do diagnóstico participativo e no questionário aplicado junto aos educadores.

As perguntas sobre este tema buscaram caracterizar as comunidades que vivem/usam áreas de risco ou foram afetadas por desastres ambientais e/ou provocados pela atividade humana, através das seguintes perguntas: 1) Há riscos de alagamentos?, 2) Há riscos de deslizamentos?, 3) Há ocorrência de queimadas ou incêndios florestais?, 4) Há Proximidade em relação à usina (raio de 15 km)?, 5) Houve ocorrências recentes de desastres climáticos?, 6) Houve ocorrência recente de vazamento de óleo? e 6) Pergunta-síntese: como se caracteriza a situação de riscos?

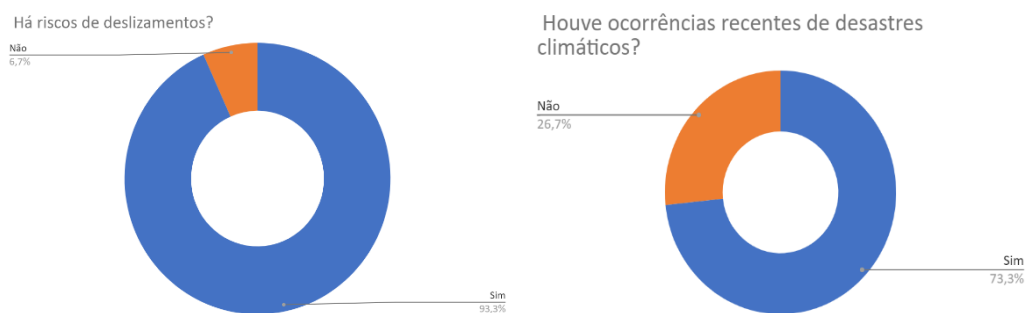
As respostas foram obtidas nos Mesoterritórios RJ e Interestadual, uma vez que a pesquisa ainda será finalizada no Meso SP. No Mesoterritório do Rio de Janeiro, os riscos aos deslizamentos são acentuados em 82,1% das comunidades e em 75% delas se indicou que recentemente houve ocorrências de desastres climáticos. No Mesoterritório Interestadual, indicaram que 93,3% das comunidades possuíam riscos de deslizamentos e que em 73,3% houve ocorrências recentes de desastres climáticos.

Gráficos 3 e 4: deslizamentos e desastres climáticos no Meso RJ (pesquisa em 2023)



Fonte: Base de dados - GT Pesquisa (2023)

Gráficos 5 e 6: deslizamentos e desastres climáticos no Meso Inter (pesquisa em 2023)



Fonte: Base de dados - GT Pesquisa (2023)

6. Análise da organização das comunidades: as comissões de base

A análise das organizações comunitárias foi realizada pelo Projeto Redes entre setembro/2021 e setembro/2022. A metodologia foi apresentada no 1º Relatório Anual do Projeto Redes (outubro/2021) e o resultado do primeiro levantamento foi apresentado no 2º Relatório Anual.

A análise se baseou no questionário de percepção dos educadores sobre as organizações comunitárias aplicado na Fase 1 do PEA Costa Verde. Utilizou quatro instrumentos: 1) Relatório Mensal por Mesoterritório - o relatório produzido pelos mesoterritórios a partir do Relatório de Atividade por Comunidade; 2) Planilha de Fortalecimento das Organizações Comunitárias - atualizada pelos Coordenadores de Campo; 3) Questionário de Percepção da Equipe de Campo - estruturado com base no modelo aplicado na Fase I e aplicado por meio do *Google Forms* e 4) oficinas de avaliação coletiva. Após a aplicação do questionário, a análise e organização dos dados obtidos, foram realizadas três oficinas de avaliação coletiva da organização comunitária (uma em cada mesoterritório), com objetivo de socializar os dados e promover um debate coletivo acerca das informações coletadas e a metodologia aplicada.

O questionário foi organizado em três grandes eixos, sendo eles 1) a inserção do Projeto Redes nas comunidades e a formação das comissões de base; 2) a identificação de aspectos e formas de organização comunitária; e (3) as contribuições do Projeto Redes no fomento às organizações e mobilizações comunitárias.

Os resultados preliminares da pesquisa, apresentados em 2022, apontaram a dificuldade na realização dos trabalhos de campo em algumas comunidades, por conta ainda do período de pandemia. Foram registradas algumas contribuições do Projeto Redes em diferentes comunidades, relacionadas à formalização de associações ou cooperativa; estímulo e articulação para a comercialização de produtos da comunidade através da inserção em redes, associações e cooperativas; estímulo à participação em organizações populares (movimentos sociais, fóruns e coletivos); e no conhecimento e reivindicação de direitos no/sobre o território.

O relatório apresentado em 2022 foi avaliado pela Petrobras como insuficiente. Ficou acordado que seria refeito para ser reapresentado em 2024.

A metodologia deve ser redefinida, para se diferenciar daquela utilizada na Fase 1. Até porque não recebemos as planilhas de dados da pesquisa realizada na Fase 1, somente os resultados agregados, o que não permite verificar, por cada comunidade, a evolução dos processos organizativos entre uma fase e outra.

Para dar prosseguimento ao tema das organizações comunitárias em 2023, trouxemos perguntas sobre o tema para o questionário aplicado às equipes dos microterritórios em 2023, alimentando a base de dados em construção.

O tema aparece ainda no monitoramento e avaliação das atividades do Projeto Redes, quando podemos detalhar as ações por comunidade, e no monitoramento e avaliação das audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal, quando analisamos a participação das organizações comunitárias a partir das listas de presença das audiências.

Foi feito também um levantamento das comissões de base por comunidade junto aos coordenadores de campo e aos educadores, que resultou numa planilha detalhada sobre a composição das comissões de base por comunidade, entregue à Petrobras em setembro de 2023.

Para este 3º Relatório Anual, apresentamos uma síntese sobre a situação das comissões de base numa planilha e num texto explicativo. Essa análise será aprofundada para o próximo relatório, como acordado com a Petrobras, agregando informações sobre a situação geral das organizações comunitárias e o processo de fortalecimento, para além dos dados referentes às comissões de base. Com essa base preliminar de informações, relacionando as características pré-existentes em cada comunidade e a atuação do Projeto Redes, é possível chegar a uma síntese sobre a situação das organizações comunitárias em cada comunidade para ser discutida e validada pelos educadores.

Comissões de base

As comissões de base estão previstas no Plano de Trabalho revisto (abril/2021). Segundo o Plano de Trabalho:

As reuniões de Comissão de base serão realizadas nas 111 comunidades de abrangência do PEA Costa Verde, sendo composta pelo grupo de comunitários mais envolvidos nas atividades do PEA. Nelas construiremos reflexões conjuntas sobre as problemáticas da comunidade e os acordos para o andamento das atividades do projeto, incluindo a elaboração e organização das Ações Formativas e Intercâmbios. A quantidade de membros da comissão varia de acordo com a comunidade sendo, normalmente, composta por até 10 comunitários mais a equipe de educadores (pg. 18).

Com as especificidades próprias de cada comunidade, as comissões de base deveriam reunir as pessoas mais engajadas na organização comunitária. Pode ser formalizada como um grupo fixo ou ser composta apenas pela indicação de pessoas de referência a serem mobilizadas em face dos processos organizativos nos quais o Projeto Redes se envolve. Em alguns casos, foram apontadas não pessoas, mas organizações comunitárias atuantes na comunidade e envolvidas com as ações do Projeto Redes.

Temos então três registros sobre a existência de comissões de base nas comunidades. O primeiro é o que foi realizado na pesquisa entregue no 2º Relatório Anual (2022), com a metodologia descrita acima. Essa pesquisa gerou resultados para 82 das 111. O segundo registro foi feito a partir do questionário aplicado para compor a base de dados por comunidade, com informações mais resumidas, referentes somente à existência ou não de comissões de base. Essa pesquisa, que está em andamento, já gerou resultados para 30 das 111 comunidades. Por fim, o terceiro foi o levantamento sobre a composição das comissões de base por comunidade, finalizado em setembro de 2023. Esse levantamento gerou informações sobre as 111 comunidades. Para 25 delas temos informações nos três registros, e para 71 comunidades temos pelo menos 2 registros.

Entre as 14 comunidades que não apresentaram comissões de base constituídas até setembro de 2023, estão incluídas as 7 onde o projeto ainda não havia entrado até julho de 2023, 2 onde o projeto havia sido apenas apresentado, e 4 com nível baixo de consolidação do trabalho (onde foi apresentado o projeto e algum tema foi desenvolvido, mas não apresentou procura pelo curso Maré de Saberes. Apenas uma dessas 14 comunidades,

Ilha Vitória, em Ilhabela, apresenta alto índice territorial de entrada², com cursista do Maré de Saberes, e não constituiu comissão de base.

Ao todo, registramos 246 pessoas e 48 organizações comunitárias diferentes, sem contar os educadores de base que atuam em cada comunidade. São 75 pessoas no Meso RJ, 120 no Meso Inter e 51 no Meso SP. O número menor no Meso SP se explica não só por ter menos comunidades com comissões de base, mas também porque em 6 comunidades só se registrou o número de organizações e não de pessoas.

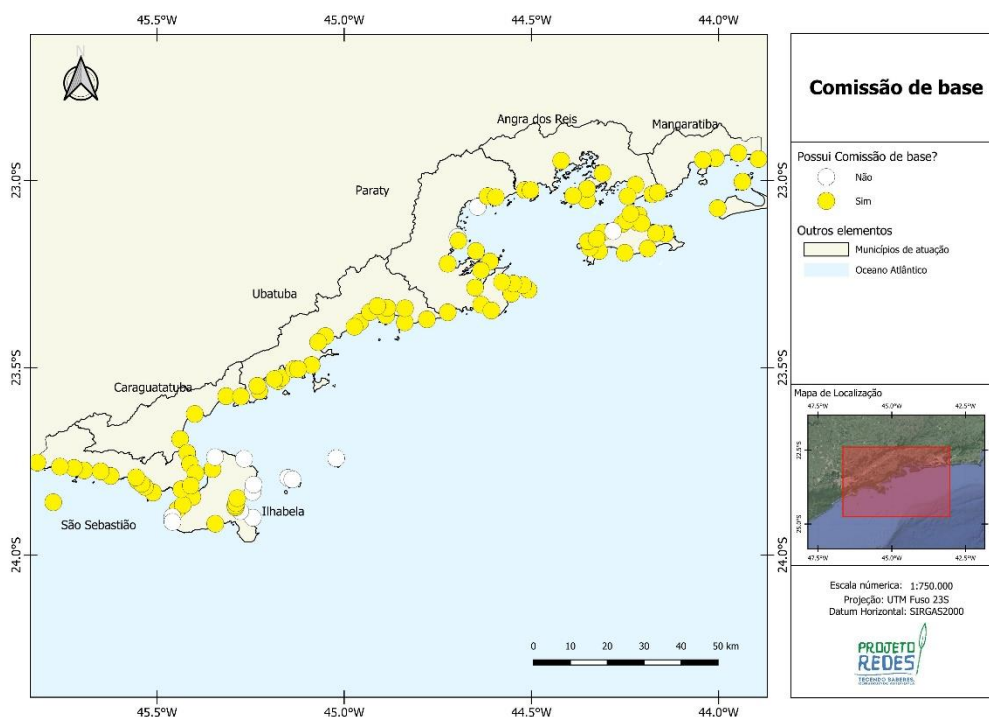
Cabe registrar que os registros feitos sobre comissão de base em setembro de 2023 são bastante desiguais. Em alguns casos temos efetivamente comissões constituídas, que acompanham diversas atividades do Projeto Redes, enquanto em outros casos o que temos são apenas nomes de pessoas que foram contactadas, cuja participação é ainda muito incipiente. Nos próximos meses devemos estabelecer um entendimento comum junto aos educadores e coordenadores para chegarmos a um quadro mais consistente sobre a situação das comissões de base.

O levantamento sobre as comissões de base nos chamou atenção sobre como devemos orientar sua criação, composição e acompanhamento. É importante registrar na composição das comissões de base tanto os nomes das pessoas quanto as organizações que elas representam. O Plano de Trabalho prevê que os educadores sejam parte das comissões de base, o que resultaria em mais 48 pessoas envolvidas.

Levando em conta esses fatores que incidiram no registro, podemos estimar que o número de pessoas envolvidas em Comissões de Base do Projeto Redes em torno de 300 pessoas, o que é bastante significativo. Não fizemos uma análise do perfil da composição das comissões de base do Projeto Redes, é uma tarefa que deve ser cumprida no 4º Relatório Anual, juntamente com uma análise mais completa das organizações comunitárias. Essa análise de perfil deve conter características dos sujeitos da ação educativa que compõem as comissões, como sexo, faixa etária, escolaridade, trabalho e participação nas organizações comunitárias.

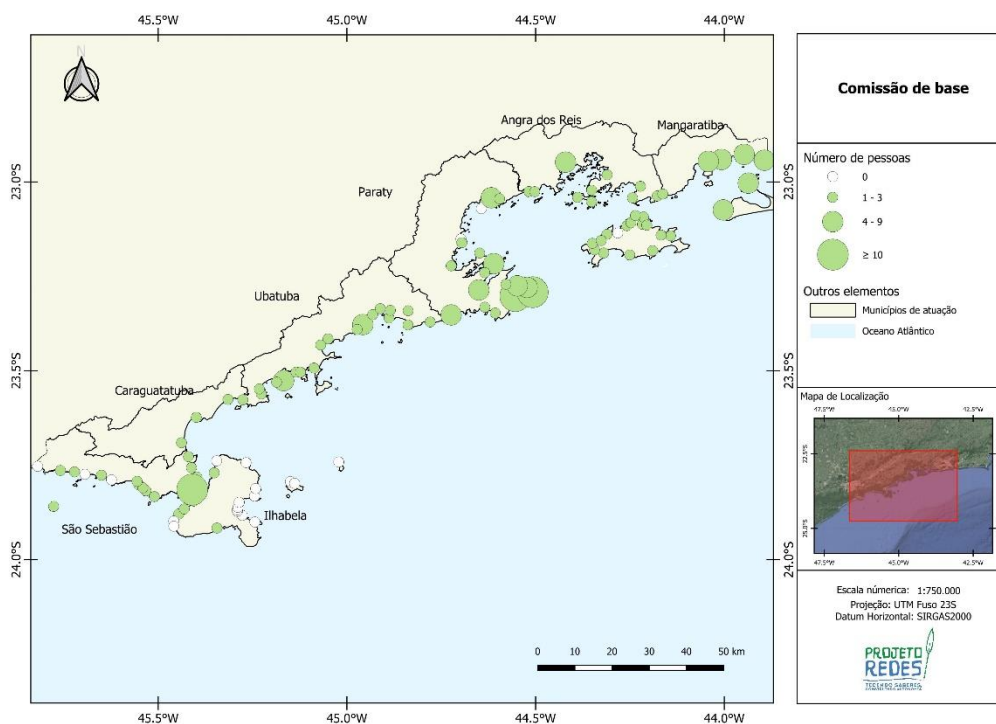
² Ver Índice Territorial de Entrada no Relatório de Monitoramento e Avaliação das ações do Projeto Redes.

Mapa 7: Comissões de base levantadas em setembro/2023



Fonte: Levantamento feito pelos coordenadores em setembro/2023

Mapa 8: Número de pessoas nas comissões de base levantadas em setembro/2023



Fonte: Levantamento feito pelos coordenadores em setembro/2023

Anexo I - Comissões de Base no Projeto Redes (setembro/2023)

Comunidades	N. de Pessoas	Organizações
Meso Inter	120	
Paraty	72	
Centro-Sul de Paraty	16	1
Centro (Pontal/Chácara)	3	0
Ilha do Algodão	5	0
Paraty-Mirim	1	0
Ponta Grossa	3	1
Trindade	4	0
Costeira	46	
Calhaus/P. Grande da Cajaíba	3	0
Martim de Sá/C. Pedras/Anchovas	10	0
Ponta da Juatinga	11	0
Ponta Negra	2	0
Pouso da Cajaíba	8	0
Praia do Sono	3	0
Saco Claro/Saco da Sardinha	5	0
Saco do Mamanguá	4	0
Norte de Paraty	10	
Ilha do Araújo	1	0
Ilha do Cedro	0	0
Praia Grande	0	0
São Gonçalo	6	0
Tarituba	3	0
Ubatuba	48	
Norte de Ubatuba	26	
Camburi/Quilombo do Camburi	3	0
Félix	3	0
Picinguaba	3	1
Praia da Almada	3	1
Praia da Justa/Praia do Ubatumirim	2	0
Praia do Estaleiro	3	1
Prumirim	4	2
Puruba	2	1
Quilombo da Fazenda	3	0
Sul de Ubatuba	22	
Barra Seca	2	0
Enseada	3	0
Ilha/Barra dos Pescadores	1	1
Lázaro	1	0
Maranduba	1	0
Peres/Oeste	3	0
Praia da Fortaleza	4	0
Praia Grande do Bonete	3	0

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Parceiros



OBSERVATÓRIO
DE SAÚDE DA BOCAÍNA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Quilombo da Caçandoca	3	0
Saco da Ribeira	1	0
Meso RJ	75	
Angra dos Reis	44	
Angra/Conceição de Jacareí	11	
Garacutaia	2	0
Monsuaba	3	1
Ponta Leste	2	1
Tararaca	2	0
Vila Velha	2	1
Angra/Gipóia	9	
Maresia (Canal da Josefa)	1	0
Praia das Flechas	2	1
Praia do Recife	4	0
Praia Vermelha - Perequê	1	1
Vila Histórica de Mambucaba	1	1
Ilha Grande Leste	12	
Enseada das Palmas	3	1
Enseada do Abraão	2	2
Freguesia de Santana	1	1
Japariz	1	1
Praia de Fora	1	0
Saco do Céu	3	1
Vila de Dois Rios	1	1
Ilha Grande Oeste	12	
Araçatiba	2	0
Aventureiro	2	1
Bananal	1	1
Matariz	1	1
Parnaiooca	2	1
Praia da Longa	1	0
Praia Vermelha	2	1
Provetá	1	0
Sítio Forte	0	0
Mangaratiba	31	
Angra/Conceição de Jacareí	1	
Conceição de Jacareí	1	0
Mangaratiba	30	
Centro de Mangaratiba	4	1
Ilha de Itacuruçá	6	2
Ilha de Jaguanum	4	1
Muriqui	5	1
Praia do Sahy	4	1
Quilombo da Marambaia	7	1
Meso SP	51	
Caraguatatuba	7	
N. de S. Sebastião e Caraguatatuba	7	0
Camaroeiro	2	0

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Parceiros



OBSERVATÓRIO
DE SAÚDE DA BOCAÍNA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Cocanha	3	0
Porto Novo	1	1
Tabatinga	1	1
Ilhabela	11	
Armação-Itapecirica	10	0
Armação - Praia do Pinto	0	0
Curral	2	0
Itapecirica - Simão	0	0
Portinho	3	0
Saco do Indaiá	3	0
São Pedro	2	0
Taubaté	0	0
Baía dos Castelhanos e Bonete	1	5
Bonete	1	1
Canto da Lagoa	0	1
Canto do Ribeirão	0	1
Figueira	0	0
Guanxumas - Saco do Eustáquio	0	0
Guanxumas de Búzios	0	0
Ilha Vitória	0	0
Porto do Meio - Ilha de Búzios	0	0
Praia da Fome	0	0
Praia da Serraria	0	0
Praia Mansa	0	1
Praia Vermelha (Ilhabela)	0	1
Sombrio	0	0
São Sebastião	34	
N. de S. Sebastião e Caraguatatuba	18	
Araçá	12	3
Enseada (São Sebastião)	3	0
Pontal da Cruz	2	1
São Francisco	1	1
Sul de São Sebastião	16	
Baraqueçaba	1	0
Barra do Sahy	0	2
Barra do Una	1	2
Boiçucanga	0	3
Boracéia	0	2
Camburi (São Sebastião)	1	2
Ilha do Montão de Trigo	2	2
Juqueí	2	0
Maresias	3	0
Paúba	1	0
Santiago	1	0
Toque-Toque Grande	3	0
Toque-Toque Pequeno	1	1
Total Geral	246	48*

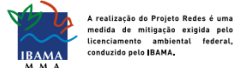
Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



Parceiros



*O número de 48 organizações corresponde ao total delas, eliminando a repetição de organizações quando aparecem em mais de uma comunidade.

Anexo II - Organizações citadas no levantamento das comissões de base, feito pelos coordenadores em setembro de 2023

1. AMAV - Aventureiro
2. AMOMATARIZ (Matariz, Ilha Grande)
3. AMOTAP - Parnaíoca
4. AMPEB (Bananal, Ilha Grande)
5. AMPEE (Enseada das Estrelas)
6. AMPIJ – Ilha de Jaguanum
7. AMPRAVER (Praia Vermelha – Ilha Grande)
8. AMVDR – Dois Rios
9. APEMAM - Muriqui
10. ARQIMAR – Quilombo da Marambaia
11. Associação Amor Castelhanos
12. Associação Castelhanos Vive
13. Associação de Barqueiros (Prumirim)
14. Associação de Moradores (Prumirim)
15. Associação de Moradores – Enseada de Palmas
16. Associação de Moradores (Freguesia de Santana)
17. Associação de Moradores (Ilha do Montão de Trigo)
18. Associação de Moradores (Japariz)
19. Associação de Moradores (Praia das Flechas)
20. Associação de Moradores (Ubatumirim)
21. Associação de Moradores (Vila Velha)
22. Associação de Moradores da Almada
23. Associação de Moradores da Gamboa
24. Associação de Moradores da Ponta Leste
25. Associação de Moradores de Junqueira
26. Associação de Moradores de Picinguaba
27. Associação de Moradores de Vila Histórica de Mambucaba
28. Associação de Moradores do Estaleiro
29. Associação de Moradores e Amigos da Monsuaba
30. Associação de Pescadores Artesanais (Praia Vermelha – Perequê)
31. Associação de Pescadores da Ilha de Itacuruçá
32. Associação de Pescadores da Tabatinga
33. Associação de Pescadores de Boiçucanga
34. Associação de Pescadores de Pontal da Cruz
35. Associação do Porto Novo
36. Associação Pescadores e Comunidades Tradicionais da Baía do Araçá
37. ASSOPESCA - Sahy
38. Coletivo Caiçara
39. Coletivo Economia Solidária (Ilha Grande)
40. Coletivo Educação Diferenciada da Ilhabela
41. Coletivo Pé de Barro (São Sebastião)
42. Colônia de Pescadores (São Francisco)
43. Colônia de Pescadores de Paraty
44. Colônia Z10 - Ubatuba
45. Comitê União dos Atingidos (São Sebastião)

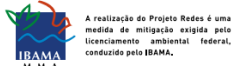
Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



Parceiros

OBSERVATÓRIO
DE SAÚDE DA BOCAÍNAMinistério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo CruzFÓRUM DE
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

- 46. Escola Comunitária do Araçá
- 47. Monitoramento Ambiental Comunitário
- 48. Rampa Caiçara – Ilha Grande

Referências

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, FIBGE, Rio de Janeiro, v. 25, 2006. Disponível em https://www.academia.edu/download/59339887/Vulnerabilidade_Ambientais_Proce_ssos_Relacoes_Henri_Acsehrad20190521-40779-10oq1ci.pdf Acesso em: 12 de out. 2023.

ANGRA DOS REIS. **Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis**. Edição 247. Ano V. Prefeitura de Angra dos Reis, 2010. Disponível em: <https://angra.rj.gov.br/downloads/bo/BO-247em11-03-2010.pdf> Acesso em: 12 out. 2023.

COELHO NETTO, A. L.; FREITAS, L. E. ; ROCHA, V. Mudanças ambientais e climáticas relacionadas com ameaças e perigos naturais no sistema da paisagem: medidas não-estruturais para redução de riscos de desastres (RRD). In: A. T. Guerra; Hugo A. S. Loureiro (org.). **Paisagens da Geomorfologia: temas e conceitos no século XXI** (in press). 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2022, v. 1, p.323-370.

DIAS, Fernando Peres; HERRMANN, ML de P. Susceptibilidade a deslizamentos: estudo de caso no bairro Saco Grande, Florianópolis–SC. **Caminhos de Geografia**, v. 3, n. 6, p. 57-73, 2002. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15295> Acesso em: 10 de out. 2023.

FREITAS, Leonardo Esteves de; COELHO NETTO, Ana Luiza. Gestão de Riscos de Desastres relacionados a deslizamentos sob a perspectiva da ecologia de saberes: desafios à rede para gestão de riscos da bacia do Córrego d'Antas. **Territorium**, n. 29 (I), p. 99-118, 2022.

KLIMEŠ, Jan et al. Participação da comunidade na redução do risco de deslizamento: um caso clínico dos Andes Centrais, Peru. **Deslizamentos de terra**, v. 16, p. 1763-1777, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10346-019-01203-w>. Acesso em: 20 de out. 2023.

MACEDO, E. S. ; SANDRE, L. H. . Mortes por deslizamento no Brasil: 1988 A 2022. **Revista Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental** , v. 12, p. 110-117, 2022. Disponível em: <https://www.abge.org.br/downloads/10.pdf> Acesso em: 12 out . 2023.

MATTEDI, Marcos Antônio; BUTZKE, Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural das abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade, Campinas**, v. 4, n. 9, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/x66QG3tgHBsqYjPvNtTpTQm/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 out. 2023

POCIDONIO, E. A. L.; SILVA, T. M. Município de Angra dos Reis-RJ: Sensibilidade das Encostas e Conservação do Patrimônio Natural. In: VIII Simpósio Nacional de Geomorfologia, 1. 2010, Recife - PE. **Anais [...]**. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/8/6/10.pdf> Acesso em: 15 out. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; Wilson Martins Lopes Jr. Catástrofes socio-naturais: a questão fundiária-imobiliária na tragédia do Litoral de São Paulo (2023). Instituto de Estudos Latino-Americanos/UFSC. Disponível em <https://iela.ufsc.br/catastrofes-socionaturais-a-questao-fundiaria-imobiliaria-na-tragedia-do-litoral-de-sao-paulo-2023/> Acesso em 15 out 2023

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007.

VALENCIO, Norma. Processos de vulnerabilização envolvendo comunidades pesqueiras no Brasil: dos desastres recentes aos riscos relacionados às mudanças climáticas. **Revista de Educomunicação Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 106-120, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Norma-Valencio/publication/277884678_Processos_de_Vulnerabilizacao_Envolvendo_Comunidades_Pesqueiras_no_Brasil_Dos_Desastres_Recentes aos_Riscos_Relacionados_as_Mudancas_Climaticas/links/56bb6cbd08ae3f9793152bb4/Processos-de-Vulnerabilizacao-Envolvendo-Comunidades-Pesqueiras-no-Brasil-Dos-Desastres-Recentes-aos-Riscos-Relacionados-as-Mudancas-Climaticas.pdf Acesso em: 12 out. 2023.